

Companhia de Planejamento do Distrito Federal

para  
**Texto**

# discussão

**PATRIMÔNIO-TERRITORIAL INDÍGENA  
NA ERA URBANA LATINO-AMERICANA:  
O SANTUÁRIO DOS PAJÉS,  
DISTRITO FEDERAL**

Pedro Thomé Quintão Queiroz

nº 78/maio de 2021  
ISSN 2446-7502

**PATRIMÔNIO-TERRITORIAL INDÍGENA  
NA ERA URBANA LATINO-AMERICANA:  
O SANTUÁRIO DOS PAJÉS,  
DISTRITO FEDERAL**

Pedro Thomé Quintão Queiroz<sup>1</sup>

Brasília-DF, Maio de 2021

---

<sup>1</sup> Pedro Thomé Quintão Queiroz - Mestrando em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB).

---

## Texto para Discussão

Veículo de divulgação de conhecimento, análises e informações, sobre desenvolvimento econômico, social, político, gestão e política públicas, com foco no Distrito Federal, na Área Metropolitana de Brasília (AMB) e na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) e estudos comparados mais amplos, envolvendo os casos acima.

Os textos devem seguir as regras da [Resolução 143/2015](#), que regem o Comitê Editorial da Codeplan, e não poderão evidenciar interesses econômicos, político-partidários, conteúdo publicitário ou de patrocinador. As opiniões contidas nos trabalhos publicados na série Texto para Discussão são de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, de qualquer maneira, o ponto de vista da Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan.

É permitida a reprodução parcial dos textos e dos dados neles contidos, desde que citada a fonte. Reproduções do texto completo ou para fins comerciais são proibidas.

---

Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan

Texto para Discussão

TD - n. 78 (2021) - . - Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal, 2021.

n. 78, maio, 29,7 cm.

Periodicidade irregular.

**ISSN 2446-7502**

1. Desenvolvimento econômico-social. 2. Políticas Públicas  
3. Área Metropolitana de Brasília (AMB). 4. Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE).  
I. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. II. Codeplan.

---

CDU 338 (817.4)

---

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

**Ibaneis Rocha**

Governador

**Paco Britto**

Vice-Governador

**SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL**

**André Clemente Lara de Oliveira**

Secretário

**COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN**

**Jeansley Charllles de Lima**

Presidente

**Sônia Gontijo Chagas Gonzaga**

Diretora Administrativa e Financeira

**Renata Florentino de Faria Santos**

Diretora de Estudos Urbanos e Ambientais

**Daienne Amaral Machado**

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

**Clarissa Jahns Schlabit**

Diretora de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

## RESUMO

A pesquisa se propõe ao objetivo de identificar e analisar aspectos referentes ao patrimônio-territorial da comunidade indígena Santuário dos Pajés, inserida no processo de urbanização que se desenvolve na América Latina, na chamada “era urbana”, que reafirmem sua permanência e vínculo com o território. Para tanto, além de pesquisas bibliográficas, saídas de campo e contato com a comunidade foram realizadas para que estes patrimônios pudessem ser identificados e, posteriormente, cartografados. Localizado em Brasília-DF, o Santuário dos Pajés emerge como o caso empírico sobre o qual recaem as mazelas e as intencionalidades inerentes ao processo de urbanização latino-americana; este, representado pelo mercado imobiliário da região, promotor de conflitos e disputas territoriais. O processo de ocupação da área inicia-se em fins da década de 50, por indígenas da etnia Funil-Ô, vindos do Nordeste em direção ao Planalto Central para atuar na construção de Brasília, sendo seguidos, paulatinamente, por indígenas de outras etnias, como os Tuxá, Kariri-Xocó e Guajajara. No Santuário dos Pajés, a resistência indígena, construída no cotidiano de luta, é fundamental para a manutenção e perpetuação de seu patrimônio-territorial, que engloba tantos os aspectos materiais quanto imateriais que se exercem sobre o território ancestral, com o qual estabelecem relações que extrapolam a materialidade e a concretude da vida e onde exercitam seus saberes e fazeres milenares.

**Palavras-chave:** Patrimônio-territorial; Urbanização latino-americana; Santuário dos Pajés; Disputas territoriais.

# SUMÁRIO

## RESUMO

1. INTRODUÇÃO .....	7
2. OBJETIVOS .....	9
2.1. Objetivo geral .....	9
2.2. Objetivos específicos .....	9
2.3. Hipóteses .....	9
3. METODOLOGIA.....	10
4. OS INDÍGENAS NAS CIDADES DO BRASIL .....	12
4.1. Características do processo de urbanização brasileira .....	12
4.2. Questão indígena brasileira: panorama histórico e atual.....	16
5. OS INDÍGENAS EM BRASÍLIA NA ATUALIDADE .....	22
5.1. A construção de Brasília: ideários e perspectivas.....	22
5.2. Mercado imobiliário na capital: o Setor Noroeste e a expansão urbana .....	25
5.3. Santuário dos pajés: resistência indígena na capital federal.....	29
5.4. Leituras e perspectivas territoriais: o patrimônio-territorial indígena .....	40
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	54

## 1. INTRODUÇÃO

O processo de colonização que se materializa sobre o continente recém “descoberto” no século XVI, período das grandes navegações que lançaram países como Espanha e Portugal ao “além-mar”, iniciam-se, antes, no imaginário destes europeus, convencidos e iludidos quanto a sua superioridade técnica e movidos por um caráter religioso que legitimou e justificou abusos e violências em nome de Deus.

A inserção do sistema colonial europeu no continente latino-americano se baseia, no primeiro momento, na utilização de vultosos contingentes populacionais indígenas, que habitavam as terras até então inexistentes – pela perspectiva do invasor. Inseridos inicialmente por meio de aliciações em troca de artefatos técnicos e produtos que encantavam os indígenas, e posteriormente num sistema escravista, aos povos originários recaem toda a sorte violências, que culminam no extermínio de suas práticas ancestrais, modos de vida e, principalmente, em um extermínio existencial.

O padrão de colonização imposto sobre o continente traz consigo intencionalidades e ideologias que permanecem enraizadas na sociedade sob aspectos da colonialidade, reafirmados por uma pretensa modernidade – por isso a leitura indissociável entre colonialidade/modernidade.

Tais aspectos são percebidos ao se analisar, por exemplo, o processo de urbanização que paulatinamente se desenvolveu (e se desenvolve) no continente latino-americano, que resguarda, no que diz respeito aos povos indígenas, a violência e a inserção marginal destes nas beneficias do processo.

Ao estudo do processo de urbanização, no entanto, emergem ressalvas. As teses da chamada “era urbana”, o entendem a partir da dialética rural-urbana e da aplicação de dados globais na definição de padrões urbanos, o que resulta em leituras da realidade que a distorcem, graças ao predomínio de interpretações objetivas em detrimento de interpretações espaciais subjetivas, representadas pelas percepções individuais e coletivas.

A apreensão de leituras e perspectivas subjetivas permitem o desnudamento de complexas relações que, em nível das leituras embasadas pelas teses da “era urbana”, permanecem no “mundo das sombras”. Essa apreensão, por sua vez, remete a necessidade de um movimento que não se limita ao fenômeno; ao contrário, extrapola extensão e forma ao alcance da essência (MARTINS, 2014).

Este movimento se realiza pela alteração da escala de análise, partindo, em um primeiro momento, da lógica formal à apreensão pelo empírico de relações territoriais complexas que a esta lógica se contrapõe. Para tanto, partimos da perspectiva dialética proposta por Costa (2018) que engloba três níveis de escalas que devem ser compreendidas em simultaneidade. O autor elenca a América Latina como uma universalidade não eurocêntrica (afirmando o compromisso com o debate decolonial), os países do continente como particularidades formativas e os casos empíricos como singularidade-universalidade.

Partindo deste entendimento, busca-se debater sob uma perspectiva crítica a tese referente a “era urbana”, de forma a compreender o processo de urbanização latino-

americano, brasileiro e em Brasília, envolvendo o recorte empírico do Santuário dos Pajés, sob o qual se materializa os efeitos deletérios deste processo.

Concordamos com Foucault, quando o autor discorre quanto às análises referentes aos mecanismos de poder, afirmando que estas não devem se centrar nas suas formas regulamentares e legítimas, mas sim imergir em seus efeitos capilares, que “sujeitam os corpos, dirigem os gestos, regem os comportamentos” (2018, p. 283). Santos (2008) segue esta leitura ao afirmar que as “brechas tecnológicas” – localizações que se opõem a racionalidade imposta – são numerosas e devem ser estudadas em seu próprio contexto.

O patrimônio-territorial emerge, então, como *fato-conceito* que permite essa apreensão. Portanto, o entendimento deste no contexto da “era urbana” latino-americana, se torna fundamental, tendo em vista que permite outra leitura da realidade, inviabilizada e omitida. Assim, a partir do patrimônio-territorial, é possível compreender como os processos econômicos, políticos e sociais, relacionados ao avanço do mercado imobiliário de Brasília se impõe sobre o território indígena e sobre seus habitantes, e como se processa a resistência e a organização comunitária frente a essa imposição.

O Santuário dos Pajés resguarda a essência do território latino-americano porque produzido, de fato, por meio da relação sociedade-natureza (não pela sobreposição daquele em detrimento deste, como é o caso do bairro Noroeste, que avança sobre o Santuário dos Pajés). É da ligação intrínseca do ser com o território ancestral que emerge a resistência, materializada pela organização horizontal da comunidade e pelos seus patrimônios-territoriais, identificados nas visitas e cartografados em conjunto com indígenas que habitam o Santuário dos Pajés.



## 2. OBJETIVOS

### 2.1. Objetivo geral

Identificar e analisar aspectos referentes ao patrimônio-territorial da comunidade indígena “Santuário dos Pajés” que reafirmem sua permanência e vínculo com o território, na “era urbana” latino-americana.

### 2.2. Objetivos específicos

- Debater sob um viés crítico o conceito de “era urbana”, de forma a compreender o processo de urbanização latino-americana, brasileira e o recorte empírico do “Santuário dos Pajés”, em Brasília;
- Entender os conceitos de “patrimônio-territorial” no contexto da “era urbana” latino-americana;
- Identificar e analisar os processos econômicos, políticos e sociais relacionados ao avanço do mercado imobiliário de Brasília sobre o território indígena e as consequências para a comunidade “Santuário dos Pajés”, decorrentes do modelo de urbanização latino-americana;
- Desenvolver ações em conjunto com a comunidade que busquem mitigar riscos associados ao seu patrimônio-territorial, como o estigma social que recai sobre os habitantes do “Santuário dos Pajés”.

### 2.3. Hipóteses

- A urbanização, representada pelo mercado imobiliário de Brasília, atua como um entrave para a manutenção e preservação do patrimônio-territorial indígena resistente na capital do país;
- A expansão territorial e multiescalar do processo de urbanização acarretam em redução da área do território indígena;
- Movimentos de resistência e organização indígena local emergem como “contra racionalidades” ante a imposição de agentes exógenos no território.

### 3. METODOLOGIA

No momento inicial da pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico aprofundado, apoiado em obras, teses, dissertações e demais trabalhos de cunho acadêmico que estejam direta ou indiretamente relacionados: ao processo de colonização que pairou sobre o continente latino-americano; ao processo de urbanização nas escalas latino-americana, brasileira e em Brasília; ao debate patrimonial proposto por Costa (2016, 2017, 2018); ao Setor de Habitações Noroeste e o mercado imobiliário da região; e, por fim, ao Santuário dos Pajés, o caso empírico de estudo. O objetivo nesta etapa do trabalho foi tomar conhecimento a respeito de como estas questões estão sendo trabalhadas, estudadas, pesquisadas e sob quais perspectivas.

Juntamente ao levantamento bibliográfico, foram realizadas fichas de leituras, contendo resumos, transcrições e anotações que facilitaram o acesso e a disposição de informações teóricas relevantes, tornando a pesquisa mais organizada e eficiente. Além disso, as fichas de leitura foram úteis em outra etapa da pesquisa: as revisões bibliográficas; essa ação contribuiu para que a pesquisa esteja estruturada sobre teorias e métodos consistentes e coesos.

Além destas bibliografias, foram consultados e debatidos planos e relatórios institucionais referentes a Brasília e ao bairro Noroeste, como o Relatório do Plano Piloto de Brasília e o Brasília Revisitada. Para a contextualização da situação espacial indígena na América Latina, dados da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) foram utilizados e debatidos criticamente. E para a contextualização desta situação, mas na escala nacional, foram utilizados dados do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), disponibilizados no Relatório de Violência contra os Povos Indígenas no Brasil.

Conhecer o caso empírico elencado para estudo é fundamental, principalmente quando se busca o alcance da essência. Para tanto, foram realizadas visitas ao Santuário dos pajés em momentos distintos durante o ano de elaboração da pesquisa. As idas foram realizadas durante a semana Santuário dos Pajés, que ocorreu de 24 a 29 de junho, na qual foram desenvolvidas atividades como oficinas, rodas de conversa, aula sobre plantas medicinais, visitas guiadas, entre outras.

Uma outra visita ao Santuário dos Pajés envolveu o campo elaborado pelos estudantes da disciplina concentrada de pós-graduação (da qual pude participar como ouvinte) ministrada pelo Professor Doutor Everaldo Batista da Costa, denominada *Urbanização, patrimonialização e meio ambiente: questões teóricas e metodológicas*, que envolveu, além das 30 horas teóricas, outras 30 horas práticas – envolvendo duas visitas a comunidade.

Mantendo o contato com a comunidade, foi elaborado um roteiro de saída de campo para a elaboração do material cartográfico que espacializa os patrimônios-territoriais da comunidade. A metodologia aplicada se baseou, no primeiro momento, na prática da cartografia social, que visa a inclusão de populações locais e tradicionais em sua elaboração, de maneira a representar seus espaços simbólicos, afetivos e/ou identitários; isto é, seus patrimônios-territoriais. Para tanto, discussões quanto à linguagem cartográfica e relatos explicando o que é a cartografia social e suas funções, foram realizadas com os habitantes do Santuário dos Pajés que se dispuseram a construir o material cartográfico.

No segundo momento, a par das conceitualizações teórico-metodológicas que compreendem a pesquisa, guiados por Fêtxawewe Tapuya Guajajara e Santxiê Junior, nos deslocamos aos pontos indicados por eles como representativos dos patrimônios-territoriais. As coordenadas referentes aos pontos indicados e visitados foram marcadas e, posteriormente, utilizando o software QGIS, foi elaborado o material cartográfico.

Complementando o arsenal técnico da pesquisa, imagens de satélite disponíveis pelo software Google Earth foram utilizadas com o objetivo de contextualizar a análise do empírico e permitir uma leitura visual e atemporal da expansão urbana do bairro Noroeste sobre o território do Santuário dos Pajés. Entrevistas semiestruturadas, aplicadas durante as idas a campo, estão incluídas no espectro do arsenal técnico.

## 4. OS INDÍGENAS NAS CIDADES DO BRASIL

### 4.1. Características do processo de urbanização brasileira

O processo de ocupação do território brasileiro, responde a um entendimento territorial como algo que pode, e deve, ser apropriado. De certa maneira, esse entendimento se mantém no imaginário e no discurso de agentes hegemônicos produtores do espaço e está presente em processos que se desenvolveram no território nacional, entre os quais o de urbanização.

Milton Santos, em “A urbanização brasileira” (SANTOS, 2018, p. 22), afirma que a urbanização se desenvolve a partir do século XVIII, isto é, durante o período da mineração; no entanto, tal processo atinge sua maturidade durante o século XIX, momento de grandes alterações na forma/conteúdo de cidades, por acontecimentos políticos externos que, num contexto colonial, influíram sobre a colônia; mas é no século XX que adquire as características que hoje conhecemos.

Continua o autor, afirmando que durante o processo pretérito de criação urbana, tratava-se antes da formação de cidades que de um processo de urbanização, tendo em vista as fracas e inconstantes redes que se dispunham sobre um território de grandes dimensões e subordinado a uma economia natural. Ainda assim, a expansão agrícola comercial e a exploração mineral estruturaram as bases de um padrão de povoamento e a criação de riquezas que, em última instância, resultaram na expansão das relações sociais e no surgimento de cidades no litoral, que aos poucos se interiorizaram – carregando ideologias e perspectivas. Entende-se então, que “a mecanização da produção (no caso da cana-de-açúcar) e do território (não apenas no caso da cana) vem trazer novo impulso e nova lógica ao processo” (SANTOS, 2018, p. 22).

O “novo impulso e a nova lógica ao processo” de que trata Milton Santos, mantém concepções, como quanto a concepção do território, que remontam ao período colonial e seu caráter expansionista. Tal concepção é definida por Robert Moraes (2011) como fundos territoriais, isto é, referente à adição de terras à soberania estatal que a cargo do “desenvolvimento” se tornam mais ou menos propensas à ocupação.

A ocupação dos chamados fundos territoriais traz consigo discursos de intencionalidades e ideologias, predefinidas e impostas verticalmente, que antes buscam propagar ideários de homogeneização por meio de conceituações como “povo” e “nação”, que tentem (a) legitimar tais discursos, favorecendo a letargia, o domínio e a ocupação de territórios. Tem-se a concretização de um círculo vicioso, que representa traços da colonialidade no processo de urbanização e traz à tona outra de suas características: a desconsideração das particularidades que escapam ao urbano.

Os fundos territoriais e suas intencionalidades e ideologias garantem a disponibilidade de territórios a serem ocupados. Ocupação que primeiramente se inicia no litoral nordeste, nos primeiros momentos da colonização, mas que, a partir do século XVIII, com a descoberta de ouro na região das minas, no século XIX, com a chegada da família real ao Rio de Janeiro (tornada a “nova” capital política e econômica do país) e no século XX, com o café e a industrialização em São Paulo, concentra-se em parte da Região Sudeste.

Tem-se assim a ampliação das já existentes disparidades regionais e a intensificação do processo de interiorização das cidades, que nos anos 50, em resposta aos avanços industriais do Estado de São Paulo, culminaria na construção da nova capital da República: Brasília, carregada de intencionalidades e ideologias sob a manta do progresso e do desenvolvimento (COSTA, 2014). Defende-se, então, a premissa de que a essência do urbano antecede processos como o de industrialização (SCARLATO e COSTA, 2017).

No entanto, ademais de concepções e entendimentos diversos quanto a processos de urbanização e industrialização, a periodicidade aponta fatos ocorridos no espaço cujo entendimento é relevante para a busca de sua compreensão totalizante, assim como dos processos que nele se desenvolvem.

Entre esses fatos, aponta-se para o rápido crescimento econômico pelo qual o Brasil passa durante o século XX, resultado da indústria cafeeira, mas que fora interrompido pela crise do liberalismo econômico em 1929. Articula-se o mercado interno como uma saída para a crise econômica que culminou na queda do preço dos produtos agrícolas. A aproximação de mercados regionais acarretou algumas melhorias nos sistemas de transporte e comunicação (RIBEIRO, 2011).

Nos anos 1950, a intensificação do processo de urbanização como decorrência da articulação do capital nacional, internacional e do Estado, se materializa em uma política de estado que visa a substituição de importações, com o objetivo de estimular a economia nacional e a industrialização. Instalam-se indústrias de bens duráveis e ampliam-se serviços de infraestrutura (RIBEIRO, 2011).

Ribeiro (2011) então define, que a partir de intervenções políticas, econômicas e sociais, tem-se a transformação do território brasileiro e o predomínio do urbano. Entretanto, como aponta Henri Lefebvre em “O direito à cidade”, este urbano se faz presente como um modo de vida, sob o que define como “tecido urbano” (LEFEBVRE, 2001). Este “tecido urbano” se manifesta sobre os territórios difundindo seu conteúdo (o modo de vida urbano); no entanto, afirma o autor, que tal manifestação se desenvolve de forma desigual, tendo em vista as diferenças de tempo que compõem o espaço, suas disparidades técnicas e as rugosidades, o que resulta na manutenção de diferenciações locais e divisões técnicas e sociais do trabalho.

O estudo e a prática escalar permitem a apreensão da disposição desigual deste “tecido urbano” e também das diferenciações locais, que muitas vezes emergem em territórios detentores de saberes e resistências, cujas representações empíricas são diversas pela América Latina, como estudado por Costa (2016, 2017, 2018).

Da forma como se desenvolvem os processos de urbanização e industrialização nos anos 1950, Lipietz (1989) os define como sendo processos de “fordismo periférico”, dado à dependência de países do “fordismo central” na transferência de créditos financeiros e tecnologias. A política de substituição de importações e as exportações de matéria prima no Brasil, segundo o autor, estão ligadas a esse fordismo.

Um autêntico fordismo aponta Ribeiro (2011), “com uma real mecanização e uma associação da acumulação intensiva e do crescimento de mercados em termos dos bens de consumo duráveis” (RIBEIRO, 2011, p. 182). O autor continua a argumentação quanto à manutenção do caráter periférico, “já que os postos de trabalho e a produção nos níveis de fabricação qualificada permanecem em grande medida exteriores a esses países” (RIBEIRO, 2011, p. 182).

Nesse contexto, países tidos como periféricos experimentam uma explosão demográfica causada por fatores como: elevação da taxa de natalidade e fertilidade e

redução da mortalidade, resultando no aumento da taxa de dependência e nas migrações em direção aos grandes centros urbanos (RIBEIRO, 2011). Antes expulsos do campo e atraídos pela cidade, o êxodo rural se apresenta como um fenômeno bastante intenso, não apenas no Brasil, mas na América Latina, promovendo a esses grupos (que incluem negros, indígenas e camponeses) uma inserção urbana precária (RIBEIRO, 2011).

Tal precariedade se maximiza nos anos 1970. Durante este período, a política de integração nacional se sobrepõe à política de desenvolvimento regional, criando-se órgãos de planejamento com vias a cumprir esse objetivo. Surgem também as primeiras metrópoles, que retratam na paisagem as demandas de uma nova classe média beneficiada pela modernização conservadora. Em contrapartida, a pobreza passa a apresentar suas características urbanas, como a dificuldade de acesso aos serviços públicos por parte daqueles que foram apartados do processo (RIBEIRO, 2011).

Investimentos em infraestrutura urbana formaram um sistema de circulação baseado em rodovias, afirmando o modelo de mobilidade rodoviária com ênfase na auto locomoção. Este incremento em mobilidade e infraestrutura fomenta o surgimento de loteamentos populares, permitindo, ainda que de forma precária, a incipiente concretização da demanda por habitação das classes mais pobres, ainda que afastadas do “centro”.

Entretanto, é nestes lugares (e em demais *territórios de resistências*) onde há a possibilidade concreta de mudança, levada a cabo por meio daqueles que no cotidiano vivem e convivem nestes citados territórios, que resguardam a essência de processos e os potenciais patrimônios-territoriais latino-americanos, invisibilizados verticalmente, mas que analisados sob outra perspectiva, apresentam um horizonte de possibilidades.

Nos anos 1970, houve ainda um declínio da correlação entre industrialização e metropolização, levando a uma interiorização da urbanização e expandindo o mercado interno a partir de uma visão mais integral do desenvolvimento econômico. Alteram-se as tendências de concentração populacional e a dinâmica demográfica (RIBEIRO, 2011).

Aspectos esses que se intensificam nos anos 80, marcados por um crescimento econômico que não envolve toda a população, dificultando o direito à cidade e à gestão democrática de espaços regionais e urbanos. O período é marcado por intensa migração intrarregional e por uma metropolização, que se expande, descentralizando a indústria e a população, desafogando as metrópoles e fomentando o crescimento de cidades pequenas e médias (RIBEIRO, 2011).

A crise dos anos 80 perdura até início dos anos 90, caracterizada por medidas que retrocederam o desenvolvimento nacional, sem preocupação quanto à necessidade de aumento da capacidade de inovação e tecnologia, mas sim em manter uma posição de “defesa”, reduzindo postos de trabalho, contribuindo para o aumento da precarização do trabalhador urbano, além de dificultar sua inserção no mercado de trabalho – exército industrial de reserva, cuja concentração no mercado de trabalho visava a acumulação de capital e expansão do sistema capitalista (RIBEIRO, 2011).

Em 1994, o Plano Real gera uma diminuição da pobreza e do PIB e a renda média apresenta elevação. Nesse período se consolida uma política neoliberal, com reforma do Estado, privatizações e abertura comercial (RIBEIRO, 2011).

Em síntese, essas são introdutórias características da urbanização que se desenvolveu no país durante o século XX e que, entendendo-a como em constante movimento, nos auxilia a compreender seus efeitos, em pleno século XXI: conservadora, dependente de capitais e agentes externos, e que resulta na manutenção da opressão que

recai sobre grupos específicos da sociedade, apartando-os, por exemplo, da inserção em políticas públicas.

Invariavelmente, esse debate remonta a outro, que é relevante à Geografia, quando esta ciência se preza a alterar sua escala ao alcance da ontologia: o debate acerca das vulnerabilidades que circundam o urbano e atingem o “*ser*”.

Correa (2002) aborda, entre outras características, o espaço urbano como um reflexo da sociedade, ou seja, como um retrato de ações que se realizam tanto no presente, quanto das que se realizaram no passado, e deixam cristalizadas suas rugosidades nas formas espaciais do presente. Dessa maneira, compreende-se a dificuldade em analisar a formação de cidades pela via da plena racionalidade, uma vez que também é uma representação possível de um real imaginado.

Tem-se, então, que a forma e o conteúdo de uma cidade não são dependentes de um único estilo arquitetônico ou de um tempo linear, mas sim da sobreposição de temporalidades e de amplo espectro de significantes, signos, símbolos, imagens e contradições – também considerados aspectos do espaço urbano. Assim, entende-se o fato da configuração do imaginário urbano ocorrer em um determinado instante da realidade territorial e em trânsito.

O espaço urbano é produzido material e idealmente com um caráter de situação territorial singular, que engloba a noção de vulnerabilidade, uma vez que é vivido, percebido e representado, simultaneamente por agentes nas suas relações de poder. A ideia da vulnerabilidade, originalmente, remete à exposição de um risco possível, capaz de revelar fragilidades do sistema; no aspecto econômico se refere aos custos potenciais de uma catástrofe; e no âmbito sócio-organizacional, se refere aos fragilizados física e psicologicamente, envolvendo a dimensão patrimonial e simbólica da vida; mas a vulnerabilidade é, antes de tudo, social, definida pela posição do grupo na sociedade e do indivíduo no interior do grupo, tendo uma associação direta com a renda, fazendo com que as camadas mais pobres da população sejam as mais afetadas pelas situações de risco e vulnerabilidade (RUIZ-RIVERA, 2012; COSTA, 2018).

A vulnerabilidade possui, então, um enfoque objetivo, analisado do ponto de vista socioeconômico e ambiental e também um enfoque subjetivo, ou seja, a partir da percepção do indivíduo quanto à própria condição de vulnerabilidade, cuja dificuldade de acesso à terra para moradia e condição de habitação digna, são seus condicionantes mais relevantes.

Compreende-se, então, a complexidade que envolve a definição do processo de urbanização, paralelamente ao entendimento do fenômeno urbano não somente por uma perspectiva objetiva, mas também por meio de uma perspectiva subjetiva, que ressalte a importância de se analisar o urbano a partir da visão de mundo do residente, tendo como base de atuação uma interpretação humanística, em que o indivíduo tenha consciência de sua condição de vulnerabilidade social e de sua situação espacial (RUIZ-RIVERA, 2012; SCARLATO e COSTA, 2017; COSTA, 2018).

Para tanto, faz-se necessário que o entendimento da cidade esteja associado à busca pela totalização, isto é, envolvendo as dinâmicas, ideias, visões e percepções que estruturam suas formas; o que se apresenta como um contraponto à interpretação da cidade e da urbanização que emerge do Estado-mercado, que a enxerga como um mero aglomerado de pessoas, a partir de uma interpretação homogeneizante.

Entre as perspectivas que devem ser levadas em consideração ao se estudar as cidades e a urbanização, citam-se as que emergem dos povos originários. A estreita relação que estes estabelecem com o território, entendendo-o não como materialidade a ser

apropriada, mas sim, vivida e experimentada, surge ao olhar atento do geógrafo como o elemento potencialmente promotor de mudanças, por resguardar a essência do território latino-americano graças a sua ancestralidade.

Suas técnicas, saberes e fazeres milenares foram prontamente ignorados e desconsiderados desde o primeiro momento da colonização, que se conforma ainda no imaginário do europeu. O retorno a esses aspectos, sua apreensão, e inserção na prática cotidiana das cidades e do urbano promovem, antes de tudo, a humanização do ser, para consigo e com o próximo, e também para o território, tendo em vista a indissociabilidade da relação sociedade-natureza, cujas técnicas que mediam essa relação não condicionam a sua dicotomização. Em outras palavras, a sabedoria milenar dos povos originários se constrói em plena simbiose com a natureza; emerge do território e a ele retorna, promovendo e propiciando a resistência – esta, em maior ou menor grau, sempre existirá, principalmente no caso dos povos indígenas, uma vez que a resistência extrapola a materialidade do corpo. A resistência indígena é sinônimo de movimento, potencialmente catalisado pelo patrimônio-territorial (COSTA, 2017).

As variadas formas de opressão e violência que recaem sobre os indígenas se processam também na cidade, local onde impera a racionalidade que emerge do Estado-mercado (COSTA, 2016). Nessas cidades e nas que conseqüentemente foram se desenvolvendo em território nacional, os modos de vida e as demais singularidades referentes aos povos indígenas são desconsideradas e desestruturadas, em nome de uma suposta integração na dita civilização nacional. O resultado destas ações é o condicionamento dos indígenas a uma situação de vulnerabilidade e também de marginalidade; que não apenas se mantêm até os dias atuais, como estão maximizadas, o que chama atenção para o enraizamento de práticas colonialistas na sociedade brasileira.

As narrativas em muito contribuem para a manutenção desse panorama. E quando emergem de poderes do Estado, legitimam toda sorte de opressão e violência contra as comunidades e os povos indígenas, não apenas de ordem física, contra o ser indígena, mas também sobre seus costumes e aspectos materiais e imateriais de sua cultura.

A apreensão quanto à essência do território, que as comunidades indígenas resguardam por meio das suas práticas cotidianas, são, crê-se, o ponto de partida fundamental para o estudo decolonial e para o real entendimento das problemáticas que recaem sobre o território latino-americano, uma vez que permite a identificação e a leitura do espaço sob outra perspectiva, que se distingue da perspectiva corrente, que rege as dinâmicas espaciais. Para tanto, o patrimônio-territorial (COSTA, 2016, 2017, 2018) apresenta-se como favorável a essa releitura do espaço, e, também, das cidades, por valorizar e considerar as diversas formas de produção do território por grupos historicamente subjugados.

## **4.2. Questão indígena brasileira: panorama histórico e atual**

O entendimento quanto à questão indígena brasileira, perpassa a necessidade de uma periodização histórica. Esta se torna relevante tendo em vista que cada período da história é marcado por conjunturas políticas, econômicas e sociais, com suas ideologias e intencionalidades, que condicionam e regem as formulações de políticas indigenistas. Tais formulações não necessariamente têm por objetivo a proteção do indígena, seja com relação à posse do território tribal, ao direito de existir, de expressar-se por meio de saberes e fazeres ou de qualquer outro espectro que o envolva; ao contrário, muitas representam aos indígenas a imersão em sistemas de escravidão e espoliações.



Em 1570 proíbe-se, pela primeira vez, o cativo indígena. Entretanto, tal legislação permitia o apresamento de indígenas em guerras justas. O apresamento representava uma prática que respondia a certas funções: i) uma técnica de conversão, empreendida pelas campanhas religiosas; e ii) e um viés da administração da colônia, materializada pelo apoio da coroa aos jesuítas, em cujas missões<sup>2</sup> localizava-se vasta mão de obra indígena utilizada em guerras contra indígenas “hostis”, invasores estrangeiros e negros fugidos (RIBEIRO, 2015).

O apresamento era responsável por suprir a função básica destinada aos indígenas cativos, a produção de gêneros alimentícios com vias a subsistência da população (RIBEIRO, 2015). Muitas vezes, os interesses de escravizadores de indígenas eram supridos pelas missões, que ao serem atacadas, sob as mais variadas e insustentáveis justificativas, forneciam de uma vez farta colheita de nativos, como expõem Darcy Ribeiro (2015).

Assim, os fatos referentes à formulação de legislações indígenas apresentam-se contraditórios e hipócritas, proibindo o cativo, mas ao mesmo tempo instituindo-o. Em 1609, tem-se a legislação que reafirmou a liberdade indígena, ameaçada por interesse dos colonos e, em 1686, decreta-se o Regimento das Missões, que estabelece a regulamentação do trabalho missionário e o fornecimento de mão de obra aos Estados do Maranhão e Grão-Pará. Em 1755 aprova-se o Directorio, que buscava medidas de integração indígena à vida na colônia e proibia definitivamente a escravidão indígena; em 1758, o Directorio se estende a toda América Portuguesa.<sup>3</sup>

Em 1798, por sua vez, o Directorio é abolido, tendo em vista que seu espírito integrador teria sua força conservada na legislação do império brasileiro. Em 1845, aprova-se o Regulamento das Missões, que renova o objetivo do Directorio com vias à assimilação dos indígenas.<sup>4</sup>

Esse quadro de políticas indigenistas, instáveis e voláteis, reflete o trato do país com a questão indígena, cuja atuação na causa remonta a aspectos externalistas; isto é, a condução da causa varia com o período histórico.

No ano de 1910, cria-se o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e Localização de Trabalhadores Nacionais – pelo Decreto nº 8.072. O regulamento baixado com a lei de criação do SPI fixou o direcionamento das ações indigenistas brasileiras.

Darcy Ribeiro (2017) aponta para os avanços trazidos pelo SPI. Pela primeira vez, por lei, era instituído “o respeito às tribos indígenas como povos que tinham o direito de serem eles próprios, professar suas crenças, viver segundo o único modo que sabiam fazê-lo: aqueles que aprenderam de seus antepassados e que só lentamente podiam mudar” (RIBEIRO, 2017, p. 127). Este princípio, segundo Darcy, representa “uma nova era para índios”, tendo em vista que, pelo menos na lei, o País abre mão do dogmatismo religioso e do etnocentrismo, embora não signifique de fato a nivelção de aspectos referentes aos indígenas com os da “civilização” nacional.

A proteção ao indígena em seu próprio território, abordado pelo SPI, põe – mais uma vez, ao menos na lei – fim às práticas civilizacionais que resultavam em deslocamentos de indígenas de seus territórios e, conseqüentemente, à desorganização da estrutura tribal

<sup>2</sup> As missões eram povoados indígenas geridos por instituições religiosas, como as franciscanas e as jesuítas, responsáveis pela catequização do indígena e pela sua parca inserção em um dos espectros “civilizacionais” que pairaram sobre o Brasil colônia (RIBEIRO, 2015, 2017).

<sup>3</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **BRASIL 500 ANOS**. 2019. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/>.

<sup>4</sup> Idem.

instituída. “Uma vez fora do ambiente em que se tinha criado e onde era eficiente seu equipamento de luta pela subsistência, o índio dificilmente poderia manter a vida comunal e só lhe restava fugir ou submeter-se aos seus dominadores” (RIBEIRO, 2017, p. 128).

O regimento também proibia uma prática muito comum no país, qual seja, o desmembramento da família indígena, levado a cabo sob pretextos educacionais e/ou religiosos. Nunca resultara no sucesso previsto e idealizado, mas sim na formação de um indivíduo que, privado da oportunidade de apreender sobre técnicas e tradições de sua linhagem tribal, era preparado a uma vida “civilizatória”, na qual não poderia viver e, ao voltar à aldeia, era lançado à marginalidade, por não estar envolto aos valores tribais e não adaptado a desempenhar seu papel dentro da comunidade (RIBEIRO, 2017).

Apesar dos avanços conquistados pelo SPI, aspectos políticos condicionavam suas ações e foram, aos poucos, levando-o a períodos de ação intensiva e outros de paralisia, comprometendo suas operações e tornando-as inertes (RIBEIRO, 2017).

Os ataques e supressões (de ordem econômica, de limitação de atuação política, entre outros) sofridos pelo SPI nos seus 30 anos de existência, permitiram seu pleno funcionamento em apenas 10 destes anos, lançando-o à paralisia nos outros 20 anos, intercalados (RIBEIRO, 2017). Por fim, em 1967, o Serviço de Proteção ao Índio sucumbe, dando origem à Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Criada sob o Decreto nº 5.371 e vinculada ao Ministério da Justiça, é a coordenadora e principal executora da política indigenista do Governo Federal, cuja missão é proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil. As funções do órgão estão relacionadas, entre outras, à demarcação, regularização fundiária e ao registro de terras ocupadas tradicionalmente. Busca também promover políticas públicas voltadas ao “desenvolvimento sustentável”, ações de etnodesenvolvimento, conservação e recuperação do meio ambiente em terras indígenas.

Entretanto, o período de criação da FUNAI remonta ao período da ditadura militar, que acometeu o país de 1964 a 1985. Neste período, sob a égide de um pretenso desenvolvimento nacional, com vias à interiorização da ocupação e à interligação do país, recaí sobre as populações indígenas mais uma expansão “civilizatória”, acometendo-os a doenças, espoliações e extermínios.

O relatório da violência contra os povos indígenas produzido pela Comissão Indígena Missionária em 2014, traz, pelo historiador Clóvis Antônio Brighenti, diversos casos de compulsões e empreendimentos que culminaram com a desestruturação da unidade tribal de diversas comunidades e tribos indígenas, em nome de padrões de “desenvolvimento” que, segundo o autor, estão “relacionados com o mito moderno de que a economia precisa crescer rápida e continuamente para satisfazer as necessidades materiais da sociedade” (CIMI, 2014, p. 20).

Segue o autor afirmando que, “por trás desse mito, camufla-se a essência do sistema capitalista: a necessidade de garantir a continuidade de uma lógica fundamentada no consumismo, e assim, assegurar o acúmulo e o lucro das elites e dos setores privilegiados da sociedade” (CIMI, 2014, p. 20).

Entre os exemplos de empreendimentos levados a cabo durante esse período, cita-se principalmente a construção de usinas hidrelétricas, como a de Itaipu, no Rio Paraná, responsável por inundar aproximadamente 60 aldeias Guarani; a construção da Usina Hidrelétrica de Balbina, no Rio Uatumã, no município Presidente Figueiredo, Amazonas, que resultou na inundações de grande parte do território do povo Waimiri-Atroari e na chacina de milhares de indígenas, ao se recusarem ao empreendimento (CIMI, 2014).

Empreendimentos rodoviários, como a Transamazônica que, por exemplo, foi responsável por milhares de mortes entre os dez povos indígenas que tiveram seus territórios atravessados pela obra, que culminou em diversas outras problemáticas, tendo em vista sua relevância no que diz respeito ao escoamento de bens naturais explorados ilegalmente na floresta (CIMI, 2014).

São diversos os exemplos, por todo o País, de empreendimentos desenvolvimentistas que culminaram em chacinas e mortes de indígenas, em um movimento que transcende o tempo e a escala e representa a continuidade da opressão, desde 1500, até os dias atuais. O autor indica a ocorrência de aproximadamente 8.350 mortes durante a ditadura, em denúncia apresentada pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) no capítulo referente aos indígenas (CIMI, 2014).

Atualmente, as condições em que estão envolvidos os povos indígenas do Brasil são alarmantes e representam a manutenção de um movimento, não em direção à autonomia, mas ao subjugação.

O último relatório da violência contra os povos indígenas realizado pela Comissão Indígena Missionária, data de 2018 (antecedido por publicações desde 2003), aponta para o aumento de práticas como grilagem, roubo de madeira, garimpo, invasões e implantação de loteamentos em seus territórios tradicionais, trazendo à tona uma problemática que se desenvolve em diversas escalas e que será tratada no Capítulo 5 da presente pesquisa, no caso empírico do Santuário dos Pajés, que é a disputa por território, que envolve o embate de concepções opostas sobre sua utilização e apropriação.

No ano de 2018, indica o relatório, foram registrados 109 casos de “invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio”. Número maior que em 2017, quando foram registrados 96 casos. Nos nove primeiros meses de 2019, dados preliminares do CIMI já contabilizam 160 casos do tipo em 153 terras indígenas, em 19 estados.

Foram contabilizados, em 2018, 941 casos de violência contra o patrimônio dos povos indígenas, isto é, o que inclui registros referentes a: omissão e morosidade na regularização de terras (821 casos); conflitos relativos a direitos territoriais (11 casos); e as invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio (109 casos registrados).

A prática de loteamentos na Região Norte, nas terras indígenas Arariboia (MA), Karipuna e Uru Eu Wau Wau (ambas em RO), são exemplos de territórios atingidos pela ação de grileiros. A prática do garimpo ilegal afeta a Terra Indígena (TI) Munduruku, na qual estima-se a instalação de mais de 500 garimpos. A comunidade indígena Santuário dos Pajés, em Brasília, sofre com a perda do território pelo avanço do mercado imobiliário na região. Estes são apenas alguns exemplos de fenômenos que se materializam de forma diversa no território e que remontam ao confronto de ideias, perspectivas, tempos, técnicas e humanização.

Das 1.290 terras indígenas no Brasil, aponta o relatório (2018), 821 (63%) apresentam pendências quanto ao processo de demarcação e registro como território tradicional indígena. Deste valor, 528 (64%) não tiveram nenhuma providência adotada pelo Estado. A Constituição Federal de 1988 determinou a demarcação de todas as terras indígenas até 1993; percebe-se, então, uma postura omissa do Poder Executivo que, atualmente, não se demonstra favorável ao tema, aguçando, já pela narrativa, a legitimação de abusos e desrespeitos.

Casos de assassinatos também relataram aumentos: foram 135 registrados em 2018, com o Estado de Roraima liderando o ranking com 62 assassinatos e o Estado de Mato Grosso do Sul com 38. No ano de 2017, 110 casos de assassinatos foram registrados. No presente ano, embora não haja sistematização do número de assassinatos indígenas, multiplicam-se pelo país relatos e denúncias de assassinatos e ameaças a lideranças indígenas por razões relacionadas a disputas de terras.

Violências por omissão do poder público compõem o relatório e indicam dados parciais quanto ao suicídio e a mortalidade indígena infantil. Foram contabilizados 101 casos de suicídio em 2018, com as maiores ocorrências nos Estados de Mato Grosso do Sul (44) e Amazonas (36). Com relação à taxa de mortalidade infantil de crianças de 0 a 5 anos, foram registrados 591 casos, sendo que 291 ocorreram no Amazonas, 76 em Roraima e 60 no Mato Grosso. Ressalta-se: estes dados, assim como os referentes a assassinatos e registros de suicídios são parciais, o que pressupõe a existência de mais casos como estes.

Os aumentos são apontados também com relação à desassistência na área de saúde (44), morte por desassistência à saúde (11) e disseminação de bebidas alcoólicas e outras drogas (11) em 2018.

As informações trazidas pelo relatório, que aborda também outras problemáticas relacionadas à questão indígena no país, e a experiência empírica, adquirida na prática de campo e no contato com a comunidade indígena Santuário dos Pajés, apontam para a gravidade e a delicadeza que envolve a questão.

O Brasil é um dos países que possui maior diversidade étnica na América Latina. A proteção dessa população, que abarca a proteção a seus saberes e fazeres, a seus modos de vida e demais aspectos culturais e de organização social, é de extrema importância dada a sua relevância no processo de formação do povo brasileiro. Nesse sentido, ao menos quanto à abordagem da questão indígena da constituição brasileira emerge a garantia de direitos e representações indígenas importantes para sua manutenção e permanência no território.

A “Constituição cidadã” de 1988 possui um capítulo dedicado especialmente aos povos indígenas (Capítulo VIII - “Dos Índios”), que compreende o artigo 231, segundo o qual “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições. Ainda os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. E o artigo 232, no qual “os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo”.

Além desse capítulo, outros artigos da Constituição, elaborados também por meio de Emendas Constitucionais (EC), abordam questões ligadas aos direitos indígenas. Como o Art. 49 (EC nº 19/98) que define a competência exclusiva do Congresso Nacional no que tange a exploração, o aproveitamento de recursos hídricos, a pesquisa e lavra de minerais em terras indígenas; o Art. 109 (EC nº 45/2004), segundo o qual compete a juízes federais processar e julgar a disputa sobre direitos indígenas; Art. 129 (EC nº 45/2004) que define como funções do Ministério Público defender os direitos e interesses de populações indígenas.

A Constituição Federal também aborda questões educacionais e manifestações culturais relativas a questões indígenas: o Art. 210 (§ 2º) garante educação em nível de ensino fundamental de caráter bilíngue e intercultural aos povos indígenas e o Art. 215 (§ 1º) protege manifestações das culturas indígenas (mas também afro-brasileiras e de outros grupos que participaram do processo de formação da civilização nacional).

As questões tratadas pela Constituição são louváveis, no entanto, atualmente o Brasil está imerso em uma lógica político-econômica na qual as narrativas, que remetem a concepções de desenvolvimento e progresso, desconsideram a organização comunitária indígena e a própria Constituição, banalizando-a.

As narrativas, os discursos que emergem do poder executivo, embora contrariem aspectos garantidos pela Constituição, legitimam a imposição às comunidades indígenas de diversas mazelas, representativas do movimento que compreende o espaço e, tendo em vista os cinco séculos de opressão, representam a manutenção de violências.

Os discursos questionam e põem em xeque a validade da Constituição Federal, que se apresenta como um instrumento de garantia democrática. O ataque das instituições e de estratos do governo federal a elementos defendidos por este instrumento, é um risco ao estado de direito.

Os ataques, por sua vez, envolvem diversos aspectos ligados à questão indígena. Foram várias as tentativas, por exemplo, por parte do poder executivo por meio de medidas provisórias, como previsto pela reestruturação administrativa realizada pelo governo federal em janeiro, de transferir ao Ministério da Agricultura a atribuição de demarcação das terras indígenas. Estas prerrogativas, no entanto, foram mantidas sob a responsabilidade da FUNAI graças à pressão de setores da sociedade civil; entretanto, as narrativas propagadas pelo governo federal, questionam tanto demarcações já oficializadas quanto as que aguardam a homologação.

A própria FUNAI, por sua vez, encontra-se aparelhada e inerte. Durante a reestruturação administrativa, o órgão é retirado da pasta do Ministério da Justiça, do ministro Sérgio Moro, e destinada à pasta do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, comando por Damares Alves. A alteração foi revertida em Comissão Mista do Congresso Nacional. Além disso, exonerações e demissões comprometem o funcionamento do órgão.

O Sistema de Saúde Indígena, representado pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), também é alvo de ataques do governo federal, com sucessivas tentativas de municipalizar o acesso à saúde, o que coloca em risco a existência dos que dependem da disponibilidade de atendimentos em locais muitas vezes distantes de outros centros de saúde.

Da tentativa de buscar a construção de um panorama histórico-geográfico referente à questão indígena, surge uma conclusão, um tanto quanto óbvia, mas que para alguns, não são dignas de atenção ou reflexões: mesmo com a morosidade histórica por parte do Estado para tratar com a devida atenção as causas defendidas pelos povos indígenas brasileiros, estes continuam existindo, resistindo e produzindo espaço.

A existência e a resistência indígena se processam sobre o território, do qual resguardam uma essência que, em muito, contradiz ao padrão corriqueiro de apropriação realizado pelos agentes hegemônicos que produzem o espaço. A diferença está justamente no fato de que, para as comunidades indígenas, o território é entendido na sua totalidade, tendo em vista que há a estruturação de uma relação intrínseca entre o *ser* indígena e a natureza que compreende o território; que expressa movimento, uma vez que resguarda em suas formas o passado, com novas funções e conteúdos no presente, em direção a um futuro, cuja única certeza é a resistência.

## 5. OS INDÍGENAS EM BRASÍLIA NA ATUALIDADE

### 5.1. A construção de Brasília: ideários e perspectivas

Brasília surge, antes de tudo, como uma ideia que permeou o imaginário político e econômico do Brasil. Desejava e parece ainda desejar uma ruptura entre o Brasil arcaico e moderno; o Brasil da ocupação litorânea que remonta ao período colonial e o Brasil do interior, ainda “desocupado”, rarefeito, cuja ocupação tornara-se fundamental para a inserção do país na modernidade.

O poder político caracterizado pelo desenvolvimentismo, a partir de Getúlio Vargas, como apontam Costa e Steinke (2014), encontra na economia o discurso que justifica e legitima a integração nacional, tendo como ponto de partida a apropriação do território como recurso - uma interpretação cujo devir remonta a aspectos da colonialidade. É, pois, o poder em movimento, concretizado no território ordenado e na paisagem produzida, seguindo o entendimento dos autores.

A construção de Brasília remonta ao Plano de Metas estruturado durante o governo de Juscelino Kubitschek, período de grandes transformações no cenário econômico do país, sob a égide do projeto de “substituição de importações” que visava o desenvolvimento de uma indústria de base cuja centralidade principal pairava sobre a Região Sudeste, em especial, sobre o estado de São Paulo. Este cenário econômico é representativo do caráter desenvolvimentista brasileiro que influenciou na totalidade do território nacional, condicionando especializações e redefinições de ordens econômicas e políticas; mas também na manutenção de disparidades regionais (COSTA E STEINKE 2014).

A nova capital do país não pode ser considerada como algo a priori; isto é: sua construção e posterior transferência de funções anteriormente relegadas à capital no Rio de Janeiro devem ser entendidas dentro de uma leitura totalizante do território nacional.

A centralidade representada por Brasília nos dizem Costa e Steinke (2014, p. 11) “nasce político-administrativa e idealmente econômica, em sentido holístico”. Segundo os autores, Brasília, então, não é produtora de uma economia nacional, mas sim o nó de uma rede de infraestruturas que reforça a hierarquia regional da Região Sudeste – definida segundo Santos (2008) como região concentrada, caracterizada pela implantação consolidada de ciência, informação e técnicas.

Retornamos a Costa e Steinke (2014) para reafirmar o caráter político-administrativo do nascimento da capital e seu caráter econômico pró-Sudeste, numa relação de integração do território para a concentração espacial “do capital, da indústria e do comando da divisão técnica e operacional do trabalho a partir de São Paulo” (COSTA e STEINKE, 2014, p. 10). Partindo do pressuposto de compreender o espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2008), entende-se a relação existente entre São Paulo e Brasília, a partir do que Santos (2008) define como espaços que comandam e os que obedecem, respectivamente.

São Paulo, com seu poderio econômico e industrial fruto da urbanização que incidu sobre seu território, do padrão de consumo das empresas e famílias e da intensa vida comercial (SANTOS, 2008), condiciona o surgimento de Brasília, que emerge carregada de ideologias e perspectivas de integração e ocupação do território nacional, que podem ser

percebidas, entre outros aspectos, pela materialização espacial de infraestruturas de transporte e energia com vias à solidificação do mercado interno e à difusão do modo de vida urbano.

As infraestruturas de transporte e energia são representativas do desenvolvimento das redes em território nacional, em um processo que, como tratado no primeiro capítulo da presente pesquisa, se direcionam do litoral à metrópole colonial e que paulatinamente se materializam e se interiorizam em território nacional, como representado por Brasília.

As redes podem ser interpretadas segundo duas matrizes: uma que considera o aspecto da rede, sua realidade material, ou seja, toda infraestrutura que permite o transporte de matéria, energia ou informação, inscrita em um território; a outra considera as redes como uma concepção social, uma vez que nelas transitam pessoas, mensagens e valores. Sem essas conclusões, as redes seriam uma abstração (SANTOS, 2006).

No processo de conexão entre as redes locais e globais, a fluidez, criada a partir de objetos técnicos, permite o deslocamento rápido de informações, dados, pessoas, bens, serviços etc; e estas se apresentam de forma seletiva, em um empreendimento conjunto entre o poder público e o privado, que definem o uso da fluidez, e assim, sua efetivação empírica, demonstrando a ocorrência de relações de poder dentro das redes, que resulta em divisão territorial do trabalho e atribui a certos agentes o privilégio da organização do espaço (SANTOS, 2006).

A compreensão da atuação das redes no território se mostra de extrema relevância, tendo em vista que é a estruturação destas que permitem a ocorrência de fenômenos espaciais como o processo de metropolização e a ocorrência da reestruturação produtiva, resultado de uma descentralização industrial caracterizada pela alteração de um modo de produção tipicamente fordista para um empreendedorismo.

O exposto nos leva a concordar com Raffestin (1993), quando o autor afirma que “toda rede é uma imagem do poder ou, mais exatamente, do poder do, ou dos atores dominantes” (RAFFESTIN, 1993, p. 157); o que fica claro ao analisar criticamente o processo de construção de Brasília, marcado por condicionantes que emergem de agentes político-econômicos nas mais diversas escalas.

Assim, por meio da nova logística de rodovias e energia revela-se a produção agropecuária, consolidada como eixo indutor do processo de “reocupação” das terras no Centro-Oeste região indutora da interiorização do capital e potencializadora do rearranjo espacial nacional, como apontado por Costa e Steinke (2014).

Mantemos o diálogo com os autores para discorrer sobre os critérios ou justificativas empregadas na retomada estratégica da região. Para tanto, Costa e Steinke (2014) elenca pontos como: “a) baixo valor da terra; b) incentivo financeiro via programas especiais do governo federal [...]; c) inserção do Brasil no cenário das *commodities* agrícolas internacionais [...]; d) investimento em pesquisa agropecuária; e) fatores naturais favoráveis, como solo e relevo propícios ao modelo de produção em larga escala; f) falsa ideia de que o valor de biodiversidade do cerrado era baixo [...]” (COSTA e STEINKE, 2014, p. 18).

A região Centro-Oeste, assim, é tida como o elo de um processo integracionista fundamentado nos argumentos da *modernização* e do *desenvolvimento* nacionais, sendo Brasília o ponto nodal desta representação, responsável por justificar os deslocamentos da produção e do capital, e para o Centro-Oeste concomitantemente ao fortalecimento dos mercados da Região Sudeste (COSTA e STEINKE, 2014).

Dessa forma, concordamos com Costa (2014) quanto ao entendimento de Brasília como meta-síntese de um desenvolvimentismo pautado na indústria nacional e nos processos de expansão da fronteira agrícola, representada pela exportação de *commodities*, resultante de concentração de riquezas que atendem a demandas econômicas que emergem do mercado de capitais e políticas da Região Sudeste.

Entende-se Brasília, então, como um marco relevante para uma dita integração territorial e econômica do país, as quais não se dão por completas, nem englobam a totalidade do território, uma vez que estão em constante movimento de produção e reprodução. Brasília segue esta lógica: como dito, a capital não é um dado *a priori*, e não há um *a posteriori*. Brasília é produzida no cotidiano e no imaginário dos diversos agentes, hegemônicos ou não, que por meio de leituras próprias do espaço a interpretam e a vivenciam.

O que consta nas documentações presentes no Relatório do Plano Piloto de Brasília (GDF, 1991), referentes ao planejamento da cidade, apontam entendimento contrário: a racionalidade e a previsibilidade da cidade, o entendimento de uma espacialização cartesiana, consideram uma Brasília “pronta”, não materializada, mas pensada e com função determinada.

O período de ânsia modernizante e desenvolvimentista que o país atravessava se traduziu na idealização da nova capital da República. A “circulação ordenada” da cidade indica sua ideia de fluidez, materializada no ordenamento das infraestruturas de transporte, em especial automotivo, dispostas sobre o espaço de forma a conectar-se a pontos em escalas distintas, fomentando, como tratado, a integração e o desenvolvimento nacional, em especial da Região Sudeste.

Documentações do Relatório do Plano Piloto de Brasília (GDF, 1991), ajudam a corroborar, tanto a crítica com relação a integração e ao desenvolvimento fomentados por Brasília, quanto a ideia de racionalidade traduzida em sua forma-função, como cita um trecho do próprio relatório: “Deverá prever-se um desenvolvimento limitado, em vista do caráter político-administrativo da Nova Capital” (RELATÓRIO DO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA - GDF, 1991).

Aos observadores atentos, problemáticas da Nova Capital eram previstas, como para Gilberto Freyre, que as expuseram no artigo intitulado “Brasília: Prós e Contras”, publicado em 1959. Neste, a importância de Brasília para o Brasil é comparada do ponto de vista econômico à do café, e do ponto de vista estético, à música de Villa-Lobos. Freyre define o entusiasmo de Juscelino como o responsável, em grande parte, pela construção de Brasília e resume seus interesses no desejo de “criar uma nova fronteira econômica para o país e estabelecer uma relação mais íntima e dinâmica entre suas regiões populosas e despovoadas” (FREYRE, 2003, p. 241).

Como problemáticas, Freyre se refere à desconsideração da condição climática que incide sobre Brasília, com sua forma “sublimemente indiferente ao solo tropical, à vegetação tropical e até mesmo ao clima tropical” (FREYRE, 2003, p. 243); e ao rápido período de transformação social e tecnológica do período, que acabaria por transformar grande parte do que fora construído, obsoleto (FREYRE, 2003). O autor, então, questiona: “Qual o preço da beleza?”. A cidade planejada e jamais concluída demonstra este preço, desde o corpo do sujeito, inclusive do sujeito indígena.

O Relatório do Plano Piloto de Brasília, no que diz respeito à densidade populacional, previa para 500.000 o número de habitantes (GDF, 1991). Estimativa que nos anos 1970 já havia sido superada, com um montante populacional de 516.896 habitantes, e em 1980 já alcança 1.138.835 habitantes. No censo de 1991, a população alcança a cifra de 1.515.889



habitantes e no censo de 2000, 2.051.146 habitantes (PAVIANI, 2007). No censo realizado pelo IBGE em 2010, Brasília contava com uma população de 2.570.160 habitantes. Para o ano de 2019, a população estimada supera o valor de três milhões de habitantes.<sup>5</sup>

Brasília se expande. O crescimento populacional nas primeiras décadas da construção, contrasta com o que fora previsto em seu planejamento, demonstrando que, mesmo uma cidade planejada e pensada, está sujeita às complexas relações que se desenvolvem no espaço.

A cidade se torna lugar de moradia também daqueles que vieram construí-la, os candangos, que se deslocaram de diversos locais do país em direção à nova capital. Além disso, as intencionalidades político-econômicas e até de desejos pessoais que permeiam a construção de Brasília, sua materialização sobre o território não se faria sem a presença dos candangos; presença indesejada, ainda nos dias de hoje.

O termo empregado para se referir aos que vieram construir Brasília não abarca a diversidade de gente que se propôs ao desafio dos “50 anos em 5”. A migração se inicia em 1956 com a chegada de 256 trabalhadores. Em janeiro de 1957, estima-se o total de 2.500 trabalhadores e, em julho do mesmo ano já alcançara a marca de 12.283 candangos. Em março de 1958 o número de trabalhadores alcança 28 mil. A origem predominante dos candangos eram os Estados de Goiás (23%), Minas Gerais (20,3%) e Bahia (13,5%). No aspecto regional, os nordestinos estavam entre os principais candangos (44%).<sup>6</sup>

A pluralidade étnica e regional que compunha os candangos está presente em diversos locais de Brasília. A cidade por eles construída não os cabia ou não os pertencia, o que não impediu que se recusassem a sair e a se acomodarem em sua obra. Surgem as primeiras cidades-satélites, justamente com o objetivo de acomodar, longe do centro, de preferência, essa massa de gente diversa.

Os conflitos resultantes do crescimento de Brasília não se processam apenas em uma escala regional, se sobrepondo ao território do Estado de Goiás (PAVIANI, 2010). Os conflitos também estão presentes na escala local de Brasília, por exemplo, pelo avanço de empreendimentos imobiliários na capital. No caso, tais conflitos são identificados entre o Setor de Habitações Noroeste e o território indígena Santuário dos Pajés, cuja formação e ocupação datam da época da construção de Brasília, tendo o pajé Santxie Tapuya, fundador do santuário, engrossado o contingente populacional de nordestinos que se deslocaram em direção à nova capital.

## 5.2. Mercado imobiliário na capital: o Setor Noroeste e a expansão urbana

O crescimento e a expansão urbana da cidade de Brasília, que em muito destoam do planejamento originário, perpassam pelo poder que exerce na capital a atividade econômica referente ao mercado imobiliário.

Tal atividade econômica é característica de um padrão empreendedor, que possui como elemento principal a noção de parcerias público-privadas, que buscam atrair fontes externas de financiamento e novos investimentos diretos com a disponibilização de fontes de emprego. Esse tipo de atuação baseada em parcerias público-privadas se apresenta como empreendedora devido a seu caráter especulativo, estando sujeita a todo tipo de obstáculos e riscos oriundos da prática especulativa (HARVEY, 2005).

<sup>5</sup> <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/df/brasilia.html>.

<sup>6</sup> <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2010-04-21/censo-populacional-de-1959-revela-quem-eram-os-candangos-que-construiram-brasilia>.

O empreendedorismo foca, por consequência, muito mais na economia política do lugar do que no desenvolvimento social do território, gerando hegemonia e concorrência interurbana, por meio de uma busca por investimentos e desenvolvimento econômico pela especulação do lugar. Essa concorrência inclui impactos regressivos na distribuição de renda e outros processos que desencadeiam desigualdades sociais e outras problemáticas relacionadas ao urbano (HARVEY, 2005).

Segundo Paviani (2010, p. 69) “a manipulação da terra urbana no mundo ocidental capitalista obedece a mesma lógica do uso de qualquer recurso para a produção e para o consumo”. Continua o autor ao salientar a importância de se discutir tal manipulação não como um reflexo sobre a urbanização, mas como um rebatimento espacial da urbanização, inserido no modo de produção capitalista (PAVIANI, 2010).

Para o autor, tais mecanismos atuam conforme um par dialético, operando, ora como forças de concentração, “com uso maciço de terra urbana, manifestação de economias de escala e de aglomeração” (PAVIANI, 2010, p. 69), e ora como forças de dispersão, “que agem no sentido do aumento da mancha urbana, erroneamente tida por alguns como *urbanização*” (PAVIANI, 2010, p. 69).

As potencialidades referentes ao valor e acesso a terras em Brasília, promoveram na capital o desenvolvimento de atividades econômicas do setor imobiliário. Nesta prática empreendedora, agentes do mercado e do Estado atuam em conjunto, o que se torna deletério uma vez que a atuação se direciona em busca da maximização de lucros, influenciando a tomada de decisões quanto à materialização de empreendimentos imobiliários, desconsiderando questões de ordens ambientais, sociais e territoriais. Tratamos a relação entre os dois agentes citados a partir do que Costa (2015) entende como “Estado-mercado”: par dialético, cujas ações, narrativas e discursos são indissociáveis, e que busca promover uma interpretação com vias ao entendimento totalizante das relações que se desenvolvem espacialmente.

Em Brasília, diversos são os exemplos da expansão urbana capitalizada pelo mercado imobiliário que se materializam na paisagem, nas mais diversas escalas. Tais empreendimentos são promotores de conflitos territoriais que se processam em diferentes espectros.

Um exemplo de expansão urbana em Brasília, que alterou a paisagem característica do cerrado e que culmina cotidianamente em conflitos, é o Setor de Habitações Noroeste. No entanto, antes de discorrermos quanto às características e ideologias que o envolvem, é preciso compreender os aspectos institucionais que legitimam e justificam a expansão de estruturas urbanas em Brasília.

Estas estão contidas no “Brasília Revisitada”, um projeto de extensão urbana de Brasília, proposto por Lúcio Costa, e passados quase 25 anos da inauguração da nova capital. A proposta de planejamento urbano contida no “Brasília Revisitada” se propõe à reflexão quanto a um momento crucial pelo qual Brasília passava: “De um lado, como crescer assegurando a permanência do testemunho da proposta original, e, de outro, como preservá-la sem cortar o impulso vital inerente a uma cidade tão jovem” (COSTA, 1985/87, [s. p.], Brasília Revisitada).

Com relação à ocupação do solo e expansão urbana previstas para a cidade, “Brasília Revisitada” traz propostas de expansão de seis áreas de ocupação residencial multifamiliar e diretamente vinculadas ao Plano Piloto, como exprime o documento. Entre essas áreas, “as duas primeiras (A e B), na parte oeste da cidade, resultam da distância excessiva entre a Praça Municipal e a Estrada Parque Indústria e Abastecimento decorrente

do deslocamento do conjunto urbano em direção ao lago recomendado por Sir William Holford no julgamento do concurso” (COSTA, 1985/87, [s. p.], Brasília Revisitada).

Essas áreas a oeste referem-se aos bairros Oeste Sul e Oeste Norte – o que viriam a ser, respectivamente, os bairros Sudoeste e Noroeste. Segundo o plano, “foram previstas quadras econômicas (pilotis e três pavimentos) para responder à demanda habitacional popular e superquadras (pilotis e seis pavimentos) para classe média, articuladas entre si por pequenos centros de bairro, com ocupação mais densa, gabaritos mais baixos (dois pavimentos sem pilotis) e uso misto” (COSTA, 1985/87, [s. p.], Brasília Revisitada).

Ao “Brasília Revisitada”, o Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais da Universidade de Brasília (NEUR), apresentou considerações e levantou questionamentos. De forma sintética, o NEUR questiona o que define como “indisfarçáveis contornos autoritários”, dada a falta de consulta e debates públicos quanto à elaboração do plano, ficando este a cargo de tecnocratas (PAVIANI, 2010).

Afirmam também que “não se trata de um plano, mas de um conjunto de intenções apresentadas de forma pontualizada e fragmentada, de desenho urbano para assentamentos residenciais, desligado dos demais aspectos que constituem, atualmente, a realidade do Distrito Federal” (PAVIANI, 2010, p. 151). Percebe-se, assim, que o padrão de entendimento a respeito das cidades não condiciona a sua apreensão totalizante.

Além do mais, a proposta “Brasília Revisitada” não engloba em seu discurso a supressão de problemáticas concretas e urgentes quanto ao planejamento urbano de Brasília, como o déficit habitacional; o desbalanço da oferta de emprego entre o Plano Piloto e as cidades satélites; a precarização e concentração de equipamentos sociais; precariedade de saneamento básico nas cidades-satélites; e a dependência econômica e social das cidades-satélites e dos municípios da Região do Entorno, pelas atividades instaladas no Plano Piloto (PAVIANI, 2010, p. 153).

Assim, desconsiderando o espaço, o território, as relações sociais e suas reais demandas, novos empreendimentos surgem como o Setor Noroeste, impondo uma nova temporalidade, novas relações, territorialidades e fomentando conflitos com a comunidade indígena Santuário dos Pajés.

A construção do Bairro Noroeste é representativa da ação do Estado-mercado (COSTA, 2015). O bairro emerge da imaginação em 2006, durante o governo de José Roberto Arruda, cujo vice-governador era Paulo Octávio, um dos principais agentes do mercado imobiliário em Brasília.

Em 2007, o então governador José Roberto Arruda transfere à Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), a função de implementar o bairro que faltava para complementar o Plano Piloto; um projeto que vinha sendo delineado desde o governo de Cristovam Buarque (1995-1999).

Em dezembro de 2008, licenças ambientais e pendências jurídicas outorgadas, permitiram, no mês seguinte, o lançamento do novo empreendimento e os trabalhos nas licitações de venda das projeções do Noroeste. No dia 29 de janeiro de 2009, foram arrematados os primeiros 55 lotes, com um montante arrecadado de R\$ 537 milhões.<sup>7</sup> O mapa a seguir (Figura 1) indica a localização do bairro Noroeste no Plano Piloto.

---

<sup>7</sup> <https://brasiledesenvolvimento.wordpress.com/2011/10/13/para-entender-a-questao-do-santuario-dos-pajes-e-setor-noroeste-em-brasilia/>.

**Figura 1** - Localização do bairro Noroeste, Plano Piloto

Fonte: Google, 2017

O Noroeste surge como um bairro conceito. As narrativas que circundam o empreendimento apostam no discurso “ecológico” e “sustentável” para atrair compradores, o que se torna um diferencial do bairro. A inserção do “meio-ambiente” e a preocupação com o mesmo no cotidiano dos moradores, estão presentes no planejamento do bairro: placas para aproveitamento de energia solar, captação da água da chuva, sistema de coleta de resíduos a vácuo e redes de ciclovias englobam as tecnologias a serem aplicadas com vias ao alcance da sustentabilidade.

Discursos como esses representam a apropriação do debate quanto ao meio ambiente pelo modo de produção capitalista, promotor de crises sociais e ambientais. “Los discursos sobre el medio ambiente tienen la finalidad de permitir la continuidad de la producción de mercancías y garantizar la apropiación privada de las riquezas, reafirmando la ideología dominante” (RODRIGUES, 2012, [s. p.]).

Essas matrizes discursivas ocultam do debate questões referentes à sociedade, ao espaço e sua produção e reprodução, à reprodução ampliada do capital e às classes sociais (RODRIGUES, 2012). O bairro Noroeste, “ecológico” e “sustentável”, é um bom exemplo da apropriação desse discurso que serve à reprodução do poderio imobiliário na capital; sobre o bairro ter sido construído sobre uma área de recarga que abastece a bacia do Paranoá, em uma área de vegetação de cerrado onde havia nascentes e a expansão que se processou sobre território dos indígenas que habitam a comunidade do Santuário dos Pajés, são elementos que não emergem no debate e tampouco são esclarecidos – quando não distorcidos.

O Noroeste, dessa forma, se apresenta como um empreendimento que se baseia na apropriação histórica do território, especulado e comercializado no presente. Este entendimento contrasta com o que emerge da comunidade indígena Santuário dos Pajés, que entende o território a partir de uma concepção horizontalizada, comunitária e ancestral. O resultado é o conflito, o choque entre temporalidades, discursos e distintas territorialidades.

### **5.3. Santuário dos pajés: resistência indígena na capital federal**

Após analisarmos, sob uma perspectiva multiescalar, o processo de urbanização que se desenvolve no Brasil e em Brasília, abordando sob um viés crítico seus antecedentes, intencionalidades e características, e compreendendo a situação espacial indígena neste processo, chega-se ao caso empírico do estudo, representado pela comunidade indígena Santuário dos Pajés.

O Santuário dos Pajés emerge como um fenômeno que exemplifica com clareza, como a urbanização latino-americana, em suas mais diversas facetas, recai sobre grupos que historicamente sofrem com o subjugo e o preconceito, que afetam desde o ser às suas representações territoriais, materiais ou imateriais, passadas ou presentes.

As informações que estruturarão o presente tópico, no entanto, não se limitam à existência fenomênica; busca-se extrapolar extensão e forma ao alcance da essência (MARTINS, 2014). Este movimento permite o desvendamento de dimensões do existir, que devem ser levadas em consideração nas leituras territoriais. Questões de método que, para o entendimento das complexas relações que envolvem as formações territoriais indígenas, são indispensáveis.

Para a realização desse movimento, o contato com a comunidade é igualmente indispensável. As intencionalidades estão presentes nesses contatos, e ao pesquisador “iracundo”, desnudam-se perspectivas e leituras da realidade cotidianamente inviabilizadas porque, acredita-se e verifica-se por meio empírico em diversas escalas pela América Latina, são potenciais promotoras de mudança social no continente, como indica Costa (2016).

A formação e consolidação do Santuário dos Pajés, remonta a um movimento típico na América Latina que se processa sobre o território nos mais diversos tempos e escalas: a migração. Em Brasília, vimos, o processo foi intenso e envolveu grande contingente populacional, entre os quais, indígenas.

Os indígenas da etnia Fulni-ô, vindos de Águas Belas, Pernambuco, a família Veríssimo, composta por Pedro e Maria, pais de José Veríssimo (o Pajé Santxiê), foram os primeiros a vir em direção ao planalto central, em meados de 1957. Conforme consta em Brayner (2013), em entrevista com Santxiê, este aponta o esbulho de terras como promotor da migração de seus pais.

Antônio Inácio Severo (cacique Zumba), Jaime Ribeiro, e Francisco Cajueiro vieram para atuar na construção de Brasília e, na década seguinte, outros Fulni-ô vieram em direção ao Centro-Oeste, como Santxiê, seu irmão Towê, sua cunhada Marina, e seus sobrinhos Tawá e Suyane (BRAYNER, 2013).

Aos indígenas que englobavam os candangos, a migração não impediu a manutenção e a reprodução de seus saberes e fazeres ancestrais. Para tanto, buscavam áreas afastadas dos canteiros de obras; nas andanças identificam-se com o território, a partir de uma relação sagrada.

Na década de 1970, Santxiê vem para Brasília fugindo da fome que assolava a cidade e das condições precárias de trabalho. No final da mesma década, ao retornar do Xingu, onde trabalhava no apoio de comunidades indígenas locais, retorna ao Santuário e o estabelece como residência definitiva (BRAYNER, 2013).

Ainda nos anos 1970, chegam ao Santuário os Tuxá da Bahia. Em 1986, acolhidos por Santxiê, os Kariri-Xocó, com Ivanice Tononé, vinda de Porto Real do Colégio, município de Alagoas. A chegada dos Kariri-Xocó representa a manutenção de alianças presentes entre as duas etnias, principalmente quanto ao matrimônio e o ritual Ouricuri. Posteriormente, indígenas da etnia Guajajara, que estavam acampados na Esplanada dos Ministérios, se deslocam para o Santuário dos Pajés, sem serem chamados ou autorizados a ficar – ao contrário dos Kariri-Xocó (BRAYNER, 2013).

Percebe-se que a consolidação da comunidade resulta de um longo processo de ocupação e produção territorial, promotor de territorialidades que remetem a uma ancestralidade identificada pelos primeiros Fulni-ô, que apontavam o local como área de ocupação indígena e como ponto de passagem para os que migravam para outras regiões, forçados ou não.

Bertran (2011), sobre a história do Planalto Central, aponta que a “região do Distrito Federal se configura como território de caça e pequena agricultura de antigos grupos Macro-Jê” (BERTRAN, 2011, p. 71) além de já ter sido ocupada por levas de indígenas migrantes, considerando-a uma “Babilônia de agentes e conflitos potenciais, vindos desde as mais remotas origens do homem nas Américas, a contrapor-se a um tipo de história do Distrito Federal que só parece iniciar-se com Brasília” (BERTRAN, 2011, p. 71).

O material cartográfico elaborado por Santos (2013), em sua dissertação de mestrado, espacializa com clareza e embasamento teórico-metodológico consistente, as dinâmicas das etnias indígenas no Planalto Central e suas proximidades – a partir da definição linguística destas – em periodizações.<sup>8</sup>

Como em toda formação territorial, os conflitos estão presentes e se desenvolvem em escalas e entre agentes diversos, movidos por intencionalidades presentes em discursos e narrativas. No caso do Santuário dos Pajés, a disputa por território é promotora de conflitos que condicionam e regem, por vezes, as dinâmicas sociais e a organização da comunidade, de onde emergem “contrarracionalidades”, materializadas pelo patrimônio-territorial desta.

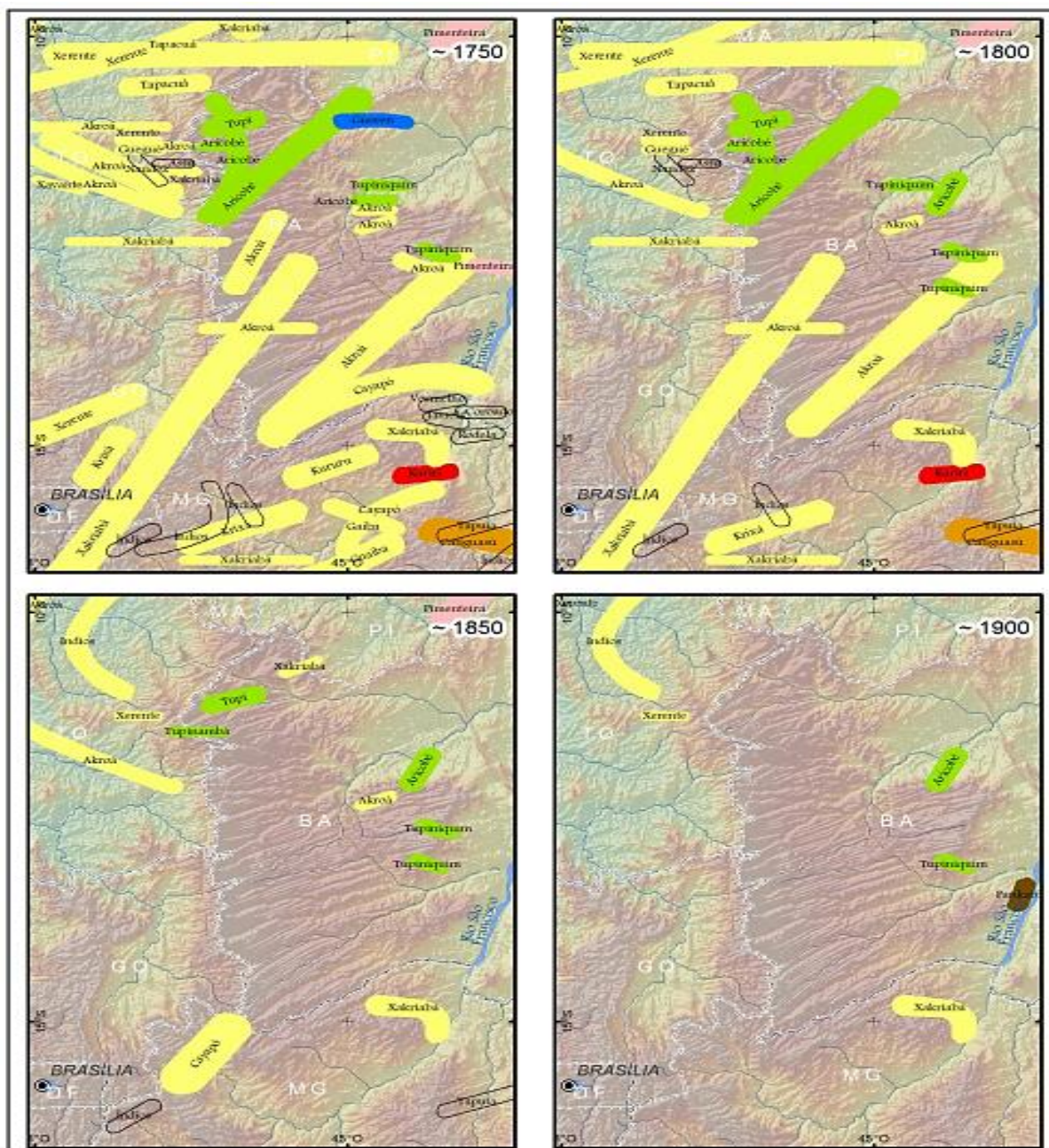
Os conflitos na área se processam em duas vertentes, mas sob um mesmo denominador, o território; envolve, de um lado, uma disputa entre os próprios indígenas e, de outro, entre estes e o bairro Noroeste.

Quando das especulações sobre a construção do Bairro Noroeste, em meados de 2007, na tentativa de empreiteiras e construtoras em manter o movimento rumo à “modernidade” representada pelo bairro, acordos foram feitos para desocupar a área sobre a qual pairam, agora, outras temporalidades. A desocupação do território tradicionalmente ocupado pelos indígenas, como comprovado por laudos antropológicos realizados na área,<sup>9</sup> seria efetivada mediante o recebimento de compensação financeira e realocação; tem-se início o conflito interno entre os indígenas.

<sup>8</sup> Em Santos (2013) consta, ainda, a espacialização de etnias indígenas, sob o mesmo recorte e periodizações, mas compreendendo mais detalhes quanto às dinâmicas. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/13288>.

<sup>9</sup> Para mais informações a respeito das conclusões dos laudos: Brayner (2013); Oliveira; Pereira; Barreto (2011).

**Figura 2 - Dinâmica da ocupação indígena nos Gerais pós-invasões Luso-Brasileiras**



Fonte: Santos, 2013

A cisão se materializa quando um grupo de indígenas que habitavam a área aceita o acordo de desocupação, enquanto outro grupo, que hoje representa a comunidade Santuário dos Pajés, se recusa a desocupar a área, usando como justificativa a ligação de ancestralidade para com o território em questão, (re)produzido em um movimento cotidiano que extrapola uma temporalidade linear.

Nesse momento, o Santuário dos Pajés intensifica uma prática que há cerca de 500 anos é utilizada por indígenas em todos os lugares da América Latina: a resistência; no caso, contra a construção do bairro e os ataques midiáticos, que tratavam desta situação de forma homogênea e irresponsável, como se a aceitação de um grupo em desocupar a área fosse um consenso entre todos os indígenas, restando, para o grupo que decidiu exercer seu direito à terra, rótulos de obstáculos ao progresso e ao desenvolvimento.

Em outubro de 2019, os grupos indígenas que haviam aceitado a desocupação finalizaram o acordo, que promete sua realocação em uma área próxima de onde habitavam, ainda dentro do Setor Noroeste com 14 hectares, onde será construída a Reserva Indígena Kariri-Xocó e Tuxá do Bananal-DF. A remoção deste grupo é um dos fatos que permitirá a construção da via W9, obra que estava paralisada por conta da presença ou resistência indígena.<sup>10</sup>

A esse fato, segundo relatos em campo, opõem-se fortemente os indígenas do Santuário dos Pajés, uma vez que segundo a perspectiva indígena, o território não é algo a ser apropriado, apossado; o território é indissociável do *ser* indígena; este o indígena produz e por ele é produzido, em uma relação intrínseca e relevante para o pensamento Geográfico, uma vez que tende à leitura da totalidade.

O outro espectro do conflito que complementa a complexidade da situação se processa, então, entre o Santuário dos Pajés e o Setor Noroeste. Antes de entrarmos na questão dos movimentos que emergem da comunidade frente à especulação imobiliária de suas terras e seu patrimônio-territorial, é preciso discorrer sobre questões ligadas ao entendimento territorial indígena e seus contrapontos às leituras do mercado imobiliário.

Para entender esse movimento, partimos do entendimento de Paulo Celso Oliveira, da etnia Pankararu, segundo o qual “é necessário se depreender dos conceitos da sociedade ocidental sobre a terra, especialmente da propriedade privada e buscar essa compreensão a partir da cultura dos povos indígenas, ou seja, a partir da visão dos índios” (OLIVEIRA, P. C., 2006, p.12). Segundo o autor, este entendimento distorce o significado dos territórios indígenas, por excelência, coletivos.

Raffestin, em “Por uma geografia do poder”, afirma-nos que “falar de território é fazer referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 153). De Darcy Ribeiro (2017), apreende-se que as delimitações dos territórios indígenas não são lineares ou cartesianas, são antes fluídas e sazonais, dependentes de fatores como a subsistência do grupo e as relações estabelecidas com o meio; não há, portanto, um limite previamente estabelecido ou traçado.

Assim, retornamos a Raffestin (1993) quando o autor aborda a diferença entre tessitura desejada, que aperfeiçoa o campo operatório do grupo e a tessitura suportada, aquela que tenta maximizar o controle do grupo (RAFFESTIN, 1993, p. 154). Segue o autor, afirmando que a tessitura (a qual implica a noção de limite) “é sempre um enquadramento do poder ou de um poder. A escala da tessitura determina a escala dos poderes. Há os poderes que podem intervir em todas as escalas e aqueles que estão limitados às escalas dadas. Finalmente, a tessitura exprime a área de exercício dos poderes ou a área de capacidade dos poderes” (RAFFESTIN, 1993, p. 153).

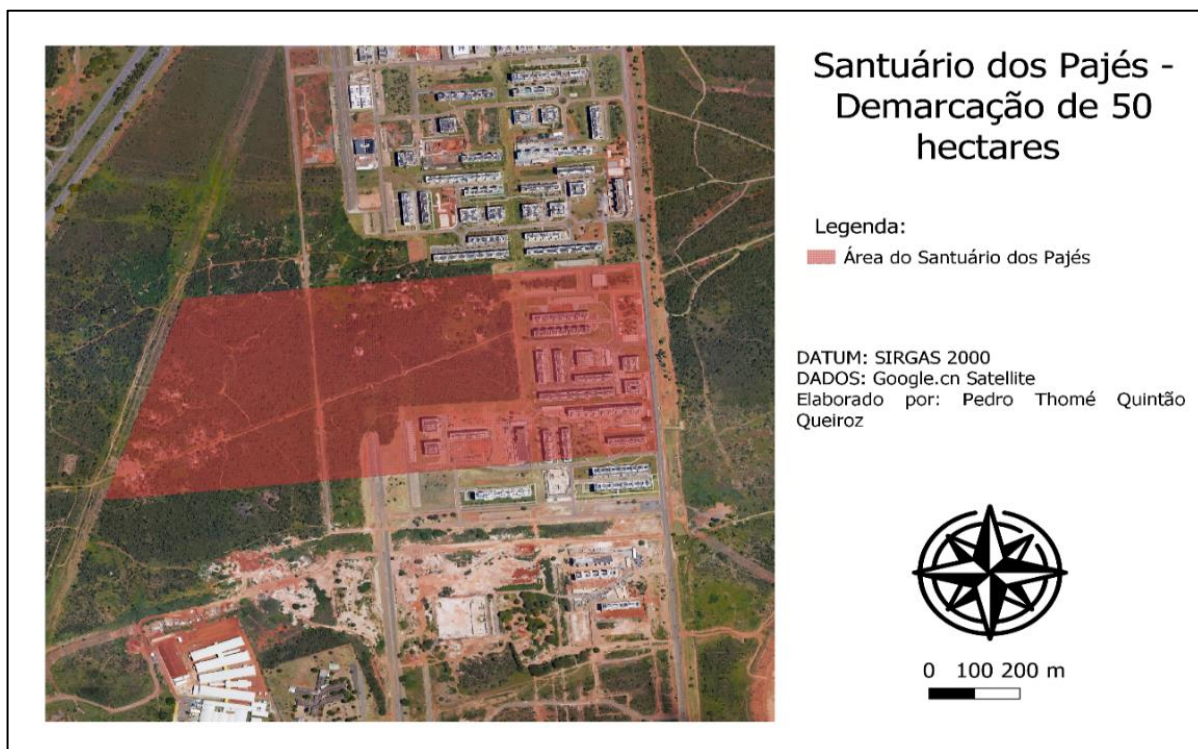
Ao limite imposto pelo Noroeste emerge o requerimento por parte dos indígenas habitantes do Santuário dos Pajés de uma área de aproximadamente 50 hectares, necessária para manutenção de seus modos de vida e de seu patrimônio-territorial. Entende-se, dessa forma, que a necessidade de delimitação do território é resultante de ações exógenas à comunidade, que vendo a materialização do risco que incide sobre suas representações materiais, imateriais e, inclusive, existenciais, não tardam a se organizar de forma horizontal e comunitária com vias a garantir a execução legal de um direito respaldado pela Constituição Federal, a posse do território e, assim, a manutenção e reprodução de seus modos de vida. O material cartográfico abaixo (Figura 3) representa

<sup>10</sup> [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/10/22/interna\\_cidadesdf.799805/terracap-faz-acordo-com-tribo-indigena-e-viabiliza-a-conclusao-da-via.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/10/22/interna_cidadesdf.799805/terracap-faz-acordo-com-tribo-indigena-e-viabiliza-a-conclusao-da-via.shtml).



uma aproximação da área de 50 hectares, realizado a partir do georreferenciamento da delimitação presente em Oliveira; Pereira; Barreto (2011).

**Figura 3 - Santuário dos Pajés - Demarcação de 50 hectares**



No entanto, a concretização de tal demanda esbarrou no poder hegemônico do Estado-mercado representado pelas grandes empreiteiras e construtoras de Brasília. E por uma classe de tecnocratas e políticos, pouco ou nada preocupados com as diversas e complexas relações estabelecidas entre a comunidade do Santuário dos Pajés e o espaço que a envolve e que por ela é igualmente produzido.

Seguindo o entendimento de Oliveira (2006), quanto à leitura do que é um território indígena, e o de que não há um limite previamente estabelecido para estes, nas imagens de satélite a seguir (Figura 4), a comunidade do Santuário dos Pajés é representada em sua utopia, sem “tessituras suportadas”, o que não inviabiliza seu entendimento a partir de sua realidade concreta na qual há o avanço da fronteira do mercado imobiliário sobre seu território, em um conflito que o envolve desde sua materialidade, ao ser, que resguarda a imaterialidade do território, sua essência, e que está na linha de frente do embate entre os agentes.

Antes de tudo, as imagens representadas pela Figura 4, apontam para o caráter de movimento que compreende as formações territoriais; movimento configurado pela apropriação do território por agentes hegemônicos representados, no caso, por agentes do mercado imobiliário. O tratamento das imagens em períodos distintos reflete o padrão desse movimento e a velocidade empreendida na construção de edificações e de infraestruturas urbanas que se expandem sobre o território indígena.

As imagens de satélite trazem à tona a fronteira imposta pelo mercado imobiliário, a qual é antes de tudo uma fronteira de temporalidades e técnicas distintas, e de percepções e leituras da realidade também distintas e conflituosas. Para o geógrafo urbano, as imagens

**Figura 4 - Santuário dos Pajés - 2008-2018**



Santuário dos Pajés – 2008. Fonte: Google Earth



Santuário dos Pajés – 2010. Fonte: Google Earth



Santuário dos Pajés – 2012. Fonte: Google Earth



Santuário dos Pajés – 2014. Fonte: Google Earth



Santuário dos Pajés – 2016. Fonte: Google Earth



Santuário dos Pajés – 2018. Fonte: Google Earth

traduzem o movimento que compreende o território, gerando alterações não apenas na paisagem, mas na totalidade do território e, justamente, por isso, significa o movimento da sociedade ou sua metamorfose política, econômica e cultural. A Figura 5 é representativa da fronteira criada e imposta ao Santuário dos Pajés.

**Figura 5** - Santuário dos Pajés; Brasília - DF



Fonte: O Autor, 2019

Essas alterações se processam nas dimensões do território em disputa por demarcação e reconhecimento, e incidem sobre o patrimônio-territorial da comunidade indígena, seus saberes e fazeres, seus modos de vida e sua relação com o território, que se processa material e imaterialmente, não se circunscrevendo a fronteiras delimitadas por terceiros.

Depois de décadas de disputa e resistência indígena na capital do Brasil, no presente ano a comunidade assina por meio de suas lideranças, Márcia Guajajara e seu filho, Fêtxawewe Tapuya Guajajara Veríssimo, juntamente com órgãos institucionais como a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto do Meio Ambiente e dos recursos hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental (Ibram) e Ministério Público Federal (MPF) um acordo que visa à resolução de algumas demandas da comunidade indígena e transfere, a cada um dos agentes envolvidos, obrigações.<sup>11</sup>

Dentre os pontos importantes, o acordo traz o reconhecimento das partes envolvidas quanto ao caráter de posse permanente da área do Santuário dos Pajés, não dos 50 hectares que haviam requerido, mas de aproximadamente 32,5 hectares, seguido de

<sup>11</sup> <http://www.mpf.mp.br/regiao1/sala-deimprensa/docs/AcordoSanturioSagradodosPajs.pdf>.

cercamento da área e da instalação de um posto de vigilância com o intuito de controlar a entrada e a permanência na área. A definição da delimitação em 32,5 hectares tem como um dos objetivos a conclusão da já citada Via W9.

Para tanto, uma vasta área, que antes englobava os 50 hectares requeridos pela comunidade e que foi cedida por esta para a concretização do acordo e conquista de algumas garantias legais, fora desmatada. As fotografias a seguir (Figuras 6 e 7) foram realizadas em um curto período de tempo e são significativas do avanço e da apropriação territorial por parte do Estado-mercado.

**Figura 6** - Santuário dos Pajés; Brasília - DF



Fonte: O Autor, jun. 2019

**Figura 7** - Santuário dos Pajés; Brasília - DF



Fonte: O Autor, nov. 2019

Esta obra de infraestrutura preocupa a comunidade, uma vez que seus efeitos podem incidir sobre edificações no Santuário dos Pajés, com as quais há, por parte dos habitantes, estreita ligação e simbolismos; essas edificações são a Casa de Rezas e o Ministério do Índio Espiritual. O receio de danificação das estruturas fora relatado pelas lideranças indígenas da comunidade durante as saídas de campo, as quais demonstraram não abrir mão da integridade destas, como nos mostra o acordo: neste, a delimitação dos cerca de 32,5 hectares deve respeitar a distância mínima de 38,85 metros da Casa de Rezas e de 61,80 metros do Ministério do Índio Espiritual; a Terracap também se compromete na utilização de técnicas adequadas nas localidades próximas à comunidade e às edificações citadas.

Em contrapartida à redução da área do Santuário dos Pajés, a Terracap se compromete a suprimir do projeto do bairro Noroeste os seguintes lotes: CRNW 708, lotes C, D, E, F, G e CEB; CRNW 508, Bloco A, lotes 2, 3, 4 e 5; CRNW 508, lotes LRS e CEB; CRNW 508, Bloco B, lotes 1, 2, 3, 4, 5 e 6; EQNW 708/709 Lote A; CLNW 08/09, Lote K; parte da área do Lote 1, Bloco A, da CRNW 509.

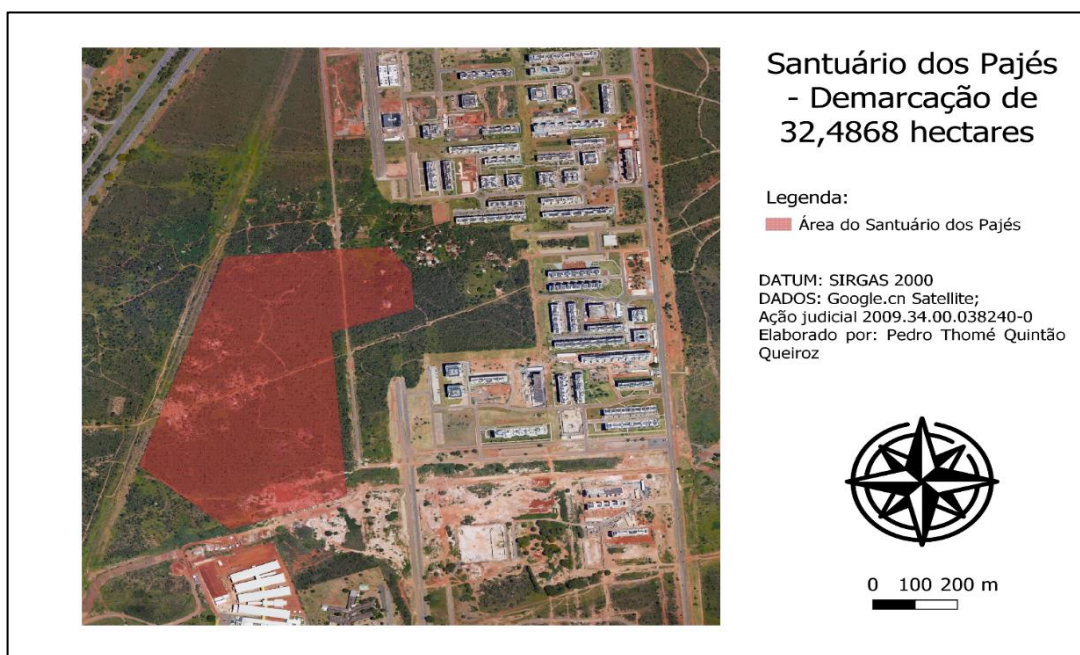
Seguindo a solicitação e a indicação dos representantes da comunidade, o órgão também se compromete em providenciar a construção de um Malocão (Centro de Convivência Indígena); um ambiente escolar com pelo menos duas salas de aula, com banheiro e uma cozinha (no ambiente escolar); quatro unidades habitacionais; implantação do sistema de abastecimento de água e esgotos; e sistema de distribuição de energia. Práticas de reflorestamento e a construção de um viveiro de plantas do cerrado também emergem como obrigações da Terracap.

A Funai se compromete a diligenciar o registro da Terra Indígena Santuário Sagrado dos Pajés - Pajé Santxiê Tapuya (que passa a ser assim denominada), e a acompanhar a elaboração dos projetos da Terracap em diálogo com a comunidade indígena e outros órgãos.

A comunidade, por sua vez, se compromete a permitir o acesso à área por parte da Terracap ou de empresas contratadas para a implementação da obra de infraestrutura da via W9; também se compromete a requerer a extinção de demandas judiciais ajuizadas em desfavor da Terracap sobre o objeto do acordo.

O acordo vem sendo paulatinamente cumprido: a delimitação da fronteira que compreende a área de 32,4868 hectares (Figura 8) fora traçada com desmatamento; o cercamento dessa fronteira já se iniciou e a guarita para segurança da comunidade já fora instalada. Esse processo é marcado pela violência contra todas as escalas que compreendem o território, *modus operandi* do Estado-mercado. As imagens a seguir (Figuras 9, 10, 11 e 12) representam alguns pontos abordados no acordo e são demonstrativas da violência que incide sobre o território e o contraste da ação com o discurso “ecológico” e “sustentável” do bairro Noroeste.

**Figura 8** - Santuário dos Pajés - Demarcação de 32,4868 hectares



**Figura 9** - Santuário dos Pajés; Brasília - DF. Área desmatada para a construção da Via W9



Fonte: O Autor, nov. 2019

**Figura 10** - Santuário dos Pajés; Brasília - DF. Área desmatada para a construção da Via W9



Fonte: O Autor, nov. 2019

**Figura 11** - Santuário dos Pajés; Brasília - DF. Área desmatada para a construção da Via W9



Fonte: O Autor, nov. 2019

**Figura 12** - Santuário dos Pajés; Brasília - DF. Início cercamento da área de 32,4868 hectares



Fonte: O Autor, nov. 2019

A delimitação da área da comunidade indígena Santuário dos Pajés em 32,5 hectares não significa, no entanto, que sua produção e suas vivências cotidianas se limitem a esta demarcação. Ao contrário, as saídas de campo e os contatos com os indígenas da comunidade demonstraram que sua relação com o território extrapola, de fato, as fronteiras impostas pelos agentes do Estado-mercado na região.

Partimos agora para o entendimento de como as dinâmicas territoriais impostas pelo bairro Noroeste, influenciam na organização da comunidade e como seus patrimônios-territoriais, identificados e cartografados em colaboração com a comunidade, se situam no movimento que compreendem as formações territoriais, seguindo, para tanto, o entendimento de Costa (2016, 2017, 2018) sobre patrimônio-territorial.

#### **5.4. Leituras e perspectivas territoriais: o patrimônio-territorial indígena**

A invisibilidade da questão indígena no Distrito Federal, que nega ou desconsidera sua presença e trabalho sobre o território, possui condicionantes que remetem a aspectos da colonialidade presentes e pulsantes nas relações que conformam o espaço. A colonialidade que está atravessada por controles específicos, como a colonialidade do saber, do sentir, do ouvir, do ser, do ver e do pensar (COSTA, 2016).

A essa colonialidade (e mesmo a sua expressão dialética: colonialidade/modernidade), sob a perspectiva do patrimônio-territorial, se opõe o Santuário dos Pajés. A oposição se processa por meio de uma descolonização epistêmica, movida pela valorização de saberes localizado frente a saberes hegemônico (COSTA, 2016). E a valorização destes saberes localizados remete, invariavelmente, ao protagonismo dado aos sujeitos e às suas mais diversas expressões que sofrem com o histórico subjugo da colonialidade/modernidade, que Costa defende desde uma dimensão existencialista.

Daí reside a relevância do patrimônio-territorial como aporte conceitual e teórico-metodológico no estudo da questão indígena, não apenas no caso empírico do Santuário dos Pajés, mas na América Latina, como defende o autor: por analisar sob uma perspectiva



decolonial organizações sociais que resguardam a essência da decolonialidade, que se processa desde o trato com o território à relação e vivência em sociedade. Para os que se prestam ao desafio de compreender, de fato, as crises que assolam a América Latina, o estudo de grupos e comunidades indígenas é o ponto de partida, pelas essências e ancestralidades que resguardam e transmitem.

O patrimônio-territorial, dessa forma, como aponta Costa (2016), é “elemento de arte, cultura e vivências situadas na periferia, bem material imaterial ainda em realização espacial no continente (sem qualquer ato de institucionalização por parte do Estado-mercado), ele se opera em singularidade (o fazer do e no lugar) diante de múltiplas particularidades (economias políticas regionais e nacionais), as quais conformam relações sociais de trabalho” (COSTA, 2016, p. 59).

É a identificação de aspectos referentes ao patrimônio-territorial da comunidade indígena Santuário dos Pajés, envolvida em um contexto de formação territorial urbana latino-americana, que direciona a pesquisa. O patrimônio-territorial é entendido como potencial catalisador que legitima a (re)afirmação e a permanência da comunidade indígena com o território. Para essa identificação, fora estabelecida uma relação com a comunidade, construída a partir de visitas ao Santuário dos Pajés em momentos distintos.

Os patrimônios-territoriais identificados durante as incursões ao Santuário dos Pajés permitem a apreensão de uma realidade complexa, que envolve tempos, escalas e técnicas distintas, marcada por leituras do espaço e ações sobre este por meio de perspectivas e interações que diferem do padrão replicado pelo bairro Noroeste; um conformismo lógico, segundo Durkheim (2000), no qual Scarlato e Costa (2017) enquadraram a cultura urbana ou a nova sociedade urbana, definida como aquela que se distancia do campo, mas que dele depende.

A cidade, carregada de simbolismos de ordem política, econômica, militar e religiosa, desde que apartada do campo e a esse sobreposta, traz aos que nela vivem a angústia da existência na vida urbana, como indicam Scarlato e Costa (2017). Seguimos o diálogo com os autores, quando afirmam que tal angústia, vivida no *ser urbano*, está presente na essência do urbano, anterior ao modo de produção capitalista e suas tecnologias.

O patrimônio-territorial é, então, sinônimo de resistência, ação empreendida pelos indígenas desde o momento da invasão e que até hoje fazem parte do cotidiano destes. No Santuário dos Pajés não é diferente. A resistência se processa no e pelo território por meio de relações centrípetas e centrífugas, que devem ser entendidas como um par indissociável.

Estas se realizam pela formação de redes entre os indígenas habitantes do Santuário dos Pajés com seus apoiadores e na proximidade com a comunidade no geral, entre as quais a escolar e universitária. Nesse contexto, são realizadas atividades na comunidade indígena que dão continuidade a essas relações. As imagens a seguir (Figuras 13, 14, 15 e 16) são referentes à Semana Santuário dos Pajés, que envolveu atividades com a comunidade durante os dias 24 a 28 de junho. A resistência também se processa de forma centrípeta, isto é, voltando-se para a comunidade em busca de organização e movimentos para resistir frente a algum risco iminente que a ameace.

Dessa relação indissociável emergem movimentos que são representativos da luta e da resistência empreendidas pela comunidade indígena. Dentre as imagens abaixo, consta a representação do movimento “O Santuário não se move” (Figura 16). Porto-Gonçalves (2001, p. 81) define que “todo movimento social se configura a partir daqueles que rompem a inércia e se movem, ou seja, mudam de lugar, recusam o lugar ao qual historicamente estavam inscritos dentro de uma determinada organização social e procuram ampliar os

espaços de expressão que, como já nos alertou Michel Foucault, têm fortes implicações políticas”.

**Figura 13** - Slogan - Semana Santuário dos Pajés



**Figura 14** - Semana Santuário dos Pajés - Roda de conversa sobre a questão indígena



Fonte: O Autor, 2019

**Figura 15** - Semana Santuário dos Pajés - Visita de escola infantil a comunidade Santuário dos Pajés



Fonte: O Autor, 2019

**Figura 16** - “O Santuário não se move! Demarcação já!”



Fonte: O Autor, 2019

Outros espectros do patrimônio-territorial se materializam a partir de práticas singulares realizadas pela comunidade indígena, que são representativas de um modo de vida que destoa do modo de vida que rege o outro lado da fronteira. Atividades como o cultivo de hortas para o consumo interno do grupo, o herbáceo para cultivo de árvores típicas do domínio de cerrado e a venda de artesanatos, que é responsável por parte da renda da comunidade, são exemplos de tais práticas, que pelo caráter coletivo intrínseco a suas realizações, são promotoras de vivências horizontais.

As diferenças entre os modos de vida e as vivências da comunidade para com o Noroeste, expressam-se também em sua relação com o urbano. A discussão realizada no primeiro capítulo a respeito das teses da “era urbana” se descontrói no empírico. Na cidade símbolo da modernidade e da ânsia urbana que pairou sobre o Brasil, há a manutenção de aspectos territoriais que remetem a ruralidades, mesmo que o Santuário dos Pajés esteja envolvido e inserido em um contexto urbano; afinal, a cidade é o todo; urbano e rural devem emergir nos estudos quanto ao espaço e suas categorias, de forma indissociável, como aponta Alvarado e Costa (2019).

Segundo os autores, “La historia del territorio y el análisis concreto de lo empírico demuestran que la ciudad y el campo, lo urbano y lo rural, jamás se anularon, sino que se estimularon, se retroalimentaron y se redefinieron, a través de demandas recíprocas determinadas e intensificadas por las necesidades humanas (básicas o complejas) y por los avances técnicos” (ALVARADO e COSTA, 2019, p. 3).

Os aspectos da ruralidade identificados no Santuário dos Pajés não se limitam à paisagem, esta é dinâmica e se altera a partir do observador; os patrimônios-territoriais, sim, permitem a apreensão desses aspectos, assim como as narrativas e os discursos dos indígenas, inseridos na dicotomização da leitura espacial que não os condiciona como urbanos, porque não vivem na “cidade”, nem como rurais, porque compartilham e se apropriam de modos de vida urbanos; percebe-se assim, a relação existente entre leituras espaciais globais, como é o caso das teses da “era urbana”, e a materialização de seus efeitos no local.

Como indica Brenner e Schmid (2016), as teses da “era urbana” dividem o indivisível e consideram como distintas zonas urbanas e rurais, ignorando a onda do processo de urbanização sobre áreas que, inclusive, se catalogam como rurais. O Santuário dos Pajés é a brecha analítica ou ontológica debatida pelos autores, que compreendem que a urbanização é desigual e variada, o que requer investigações em distintas escalas geográficas.

A interpretação dessa complexidade remete à necessidade de extrapolar a lógica formal de análise, apropriando-se de leituras escalares que a Geografia propicia, permitindo a apreensão de realidades destoantes, inviabilizadas e marginalizadas pelo aparelhamento da ciência. A ruptura epistemológica para com teorias exógenas indevidamente replicadas nas diversas escalas latino-americanas, em direção ao desenvolvimento de uma epistemologia situada, perpassa pelas comunidades indígenas e pelo patrimônio-territorial, como indica insistentemente Costa (2016, 2017, 2018).

Os patrimônios-territoriais são também identificados a partir de representações materiais e imateriais, estabelecidos em relação estreita com o território, de forma a não representarem uma única temporalidade e não se circunscrevendo ao limite imposto pela demarcação de 32,4868 hectares; ambos, posteriormente à identificação, foram cartografados.

Dentre os patrimônios-territoriais materiais identificados apontamos a Casa de Rezas, Ministério do Índio Espiritual e as três ocas: Oca dos Homens, Oca das Mulheres e Oca das Crianças. Os patrimônios-imateriais identificados, por sua vez, são representados por três cemitérios indígenas presentes em seu território, o que exemplifica a relação de ancestralidade inerente à formação do território da comunidade indígena Santuário dos Pajés.

Estes patrimônios-territoriais foram elencados e compõem o mapeamento colaborativo elaborado com a liderança indígena Fêtxawewe Tapuya Guajajara Veríssimo e seu irmão Santxiê Junior, pelo território do Santuário dos Pajés, que estará disposto ao final da análise.

A representatividade destes patrimônios-territoriais reside no fato de que sua materialização e concretização na paisagem resultam de uma produção territorial

estruturada sobre saberes e fazeres ancestrais, com a utilização de técnicas de edificação em adobe que promove estabilidade e resistência à estrutura. Duas edificações são representantes da aplicação dessa técnica, um tanque de peixes (Figura 17), hoje desativado, e a Casa de Rezas (Figura 18), em plena ativação.

**Figura 17** - Tanque de peixes - Santuário dos Pajés - DF



Fonte: O Autor, 2019

**Figura 18** - Casa de Reza - Santuário dos Pajés - DF



Fonte: O Autor, 2019

Outras três edificações, as ocas dos homens, das mulheres e das crianças (Figuras 19, 20 e 21), também são representativas de construções elaboradas a partir de saberes e fazeres ancestrais. No entanto, o movimento que compreende o território é conflituoso e suas ações incidem sobre as representações territoriais, sejam elas materiais, imateriais ou existenciais. Durante períodos de conflito intenso, as ocas das mulheres e das crianças foram incendiadas, como foi relatado durante a cartografia colaborativa. A oca dos homens por sua vez, também passou por transformações em sua estrutura física, de forma a resguardá-la de prejuízos oriundos de ataques.

**Figura 19** - Oca dos homens - Santuário dos Pajés - DF



Fonte: O Autor, 2019

**Figura 20** - Local da antiga Oca das mulheres - Santuário dos Pajés - DF



Fonte: O Autor, 2019

**Figura 21** - Local da antiga Oca das crianças - Santuário dos Pajés - DF

Fonte: O Autor, 2019

Percebe-se que, frente ao avanço da fronteira do bairro Noroeste, o território do Santuário dos Pajés se transfigura em diversos espectros, seja na sua delimitação ou, como explicitado acima, nas suas representações territoriais, que resguardam, apesar das modificações e até, em partes, por conta destas, uma essência, que extrapola a materialidade do território e sua temporalidade; uma essência que remete à ancestralidade.

Os mesmos patrimônios-territoriais sobre os quais se discorre, não se limitam aos saberes e fazeres que os edificam. Estes carregam a essência do território: por meio dos rituais que são realizados na casa de rezas e das expressões culturais que ainda ocorrem nas ocas dos homens, das mulheres e das crianças, ainda que nas duas últimas, realizem-se no imaginário daqueles que as produziram; mesmo ausentes, ainda presentes no território.

O Ministério do Índio Espiritual (Figura 22) segue esse mesmo raciocínio. Sua importância não se limita à significância dada à estrutura física, mas também ao significado que exerce para a comunidade. Fora a casa onde viveu o Pajé Santxiê, e aonde veio a falecer, por conta do contexto de pressão do mercado imobiliário e da violência empreendida contra o Santuário dos Pajés.

A ancestralidade do território do Santuário dos Pajés emerge de relações como esta, de vida-morte, da qual se resguardada a essência pelo patrimônio-territorial da comunidade. Outros patrimônios-territoriais que representam essa relação são os três cemitérios presentes no Santuário dos Pajés; um deles, hoje sobreposto por um edifício (Figura 23) (um aspecto claro da colonialidade), enquanto os outros dois estão envolvidos na própria delimitação de cerca de 32,5 hectares (Figuras 24 e 25).

**Figura 22** - Ministério do Índio Espiritual - Santuário dos Pajés - DF



Fonte: O Autor, 2019

**Figura 23** - Prédios localizados sobre cemitério indígena (esquerda) e sobre uma nascente (direita) - Santuário dos Pajés - DF



Fonte: O Autor, 2019



**Figura 24** - Local do cemitério indígena - Santuário dos Pajés - DF



Fonte: O Autor, 2019

**Figura 25** - Pé de Sucupira: local de cemitério indígena e onde nasceu o primeiro indígena na comunidade - Santuário dos Pajés - DF



Fonte: O Autor, 2019

Figura 26 - Patrimônio-territorial: Santuário dos Pajés - DF



Fonte: Elaboração colaborativa, 2019

A produção do material cartográfico representa uma ferramenta com vias de instrumentalizar e contribuir para a luta e a resistência da e na comunidade. É se apropriar de técnicas intencionalmente racionalizadas e hegemônicas para estimular seu uso contra-hegemônico, potencializando contrarracionalidades.

Por fim, entende-se o Santuário dos Pajés como a utopia em plena realização, movida pela sua resistência que, cotidianamente (re)afirma por meio do patrimônio-territorial, a permanência dos indígenas e seu vínculo com o Território.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A invisibilidade que recai sobre os povos indígenas, não apenas em Brasília ou no Brasil, mas sim, no cenário latino-americano, resulta de aspectos ligados a colonialidade que ainda se faz presente e ativa no cotidiano, reafirmada por uma pretensa modernidade. Dentro do ambiente acadêmico, *locus* da produção de conhecimento e do debate quanto às mazelas que recaem sobre a sociedade, o silêncio perante a situação espacial do *ser* indígena é ensurdecedor. Dialeticamente, a ausência é a presença; presença da colonialidade que se processa sobre o saber e o fazer, o pensar e o agir, o ver e o sentir, e que traz consigo um emaranhado de relações de poderes que, em última instância, recai com toda sua brutalidade sobre os corpos dos sujeitos.

Tais aspectos são (re)produzidos no ambiente acadêmico por meio de práticas epistemológicas nas quais a colonialidade-modernidade estão encrustadas. Dessa forma, menosprezam-se conhecimentos e saberes que, do ponto de vista da epistemologia corrente, não são dignos da terminologia “ciência”. A prática decolonial perpassa, então, pelo decolonialismo epistêmico, com vias à produção de uma epistemologia situada ao “sul”, que valorize os saberes e conhecimentos que amargam há séculos no esquecimento.

A Geografia que não se furte a esse debate! Como ciência que estuda as relações homem-natureza, que se materializam pela produção do espaço em território - local de conflitos e disputas, mas também de relações harmônicas e horizontalizadas -, as contribuições podem ser significativas e colaboram para o debate decolonial em nível epistêmico, pela valorização e entendimento de formações territoriais que destoam do corriqueiro e que trazem consigo, em sua essência, a humanização.

Tais observações e entendimentos emergem ao “fim” da pesquisa a partir de discussões com Mirim Ju Yan – guarani, geógrafo e gmigo – e de visitas ao Território do Santuário dos Pajés. Por meio do empírico é que se apreende a realidade. Em verdade, uma amostra dessa realidade; isto é, no *devenir* histórico de luta e resistência indígena, apreende-se um momento deste movimento, que é passado, presente e futuro.

Antes do empírico, o que permeava as reflexões quanto a situação espacial do Santuário dos Pajés e do *ser* indígena, que produz cotidianamente o território ancestral, estruturava-se a partir de uma perspectiva exógena – apesar de positiva - daquele que não vive e não sente no corpo a imposição verticalizada do poder.

Dessa forma, as hipóteses elencadas nos primeiros momentos da pesquisa foram, em alguns pontos, refutadas e questionadas. Apesar disso, não há falhas ou erros; há, ao contrário, aprendizados que em muito extrapolam o que consta na pesquisa e que contribuíram para o entendimento da própria ciência geográfica.

Os efeitos do processo de urbanização que se desenvolve sobre o Território indígena Santuários dos Pajés, representado pelo mercado imobiliário de Brasília, ao contrário do que se supunha, não é um entrave para a manutenção e preservação de seu patrimônio-territorial. Estes resistem frente ao avanço da fronteira criada pelos agentes do Estado-mercado que se sobrepõe ao Santuário dos Pajés.

A resistência destes patrimônios-territoriais se processa em diversos espectros: tanto em transfigurações estruturais, no que diz respeito a algumas edificações para que se

mantenham fisicamente representadas no território; quanto na memória dos indígenas que habitam o Santuário dos Pajés, que resguardam e, assim, preservam esse patrimônio.

Não há passividade frente ao bairro Noroeste; há resistência e organização comunitária. Entende-se, então, que o próprio Noroeste fomenta e instiga as práticas citadas. Ao poder que se exerce sobre o Santuário dos Pajés, emerge o “contra-poder”, a “contrarracionalidade”, materializadas pelo patrimônio-territorial da comunidade, de toda forma presente, mesmo que na memória e no imaginário de quem os produziu e segue produzindo.

O bairro Noroeste, que se expande sobre o território indígena por meio de uma produção territorial hegemônica – claro, com suas intencionalidades e leituras –, representa, na escala local, um padrão de urbanização presente em outros locais na América Latina. Como debatido durante a pesquisa, este processo de urbanização é, de fato, multiescalar, mas não envolve os territórios em sua totalidade, tendo em vista que no Santuário dos Pajés estão presentes padrões de representação territorial que destoam do que é propagado, pelas teses adequadas a “era urbana”, como urbano.

O Santuário dos Pajés se contrapõe, assim, a Brasília, símbolo da expansão e interiorização territorial, representante do modernismo, da modernização e da modernidade; embora, afirma-se, estejam envolvidos na totalidade que compreende a cidade e o urbano.

Entretanto, apesar das fissuras identificadas que acabam por se opor aos ideários da “era urbana”, o avanço do bairro Noroeste, de fato, resulta em uma redução da área do território indígena, o que não impede sua (re)afirmação.

Tal (re)afirmação se manifesta também pelos movimentos de organização horizontal com caráter de resistência que emergem do Santuário dos Pajés, como o “Santuário não se move”. Como dito, não há passividade. A organização e a resistência trouxeram garantias institucionais à comunidade, como a demarcação da área do santuário em cerca de 32,5 hectares (menor do que os 50 hectares que fora inicialmente requerido pela comunidade) e a garantia de outras demandas que constam no acordo judicial citado na pesquisa.

As reflexões aqui propostas carecem de maior aprofundamento. A ancestralidade do território do Santuário dos Pajés não cabe nestas páginas e não se esgotam. Jamais. Necessita ser vivenciada para ser aprendida e sentida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVARADO, I.; COSTA, E. B. da. Situación geográfica turística en la era urbana y devenir campo-ciudad en América Latina. **Investigaciones Geográficas**, [s. l.], n. 99, jul. 2019. ISSN 2448-7279. Disponível em: <http://www.investigacionesgeograficas.unam.mx/index.php/riq/article/view/59792>. DOI: <http://dx.doi.org/10.14350/riq.59792>. Acesso em: 1 dez. 2019.
- BERTRAN, P. **História da Terra e do Homem no Planalto Central**: eco-história do Distrito Federal. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011, p. 615.
- BRAYNER, T. H. **É terra indígena porque é sagrada**: Santuário dos Pajés - Brasília/DF. 2013. 150 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.
- BRENNER, N.; SCHMID, C. La era urbana em debate. **Eure**, vol. 42, nº 127, p. 307-339, 2016. Disponível em: <https://www.eure.cl/index.php/eure/article/view/2123/926>. Acesso em: 10 maio 2019.
- BRIGHENTI, C. A. O “desenvolvimento” versus os povos indígenas. *In*: **Relatório de Violência contra os Povos Indígenas no Brasil** - Dados de 2014. p. 20-25. Disponível em: [https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas\\_2014-Cimi.pdf](https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2014-Cimi.pdf). Acesso em: 30 set. 2019.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Relatório de Violência contra os Povos Indígenas no Brasil - Dados de 2014. Disponível em: [https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas\\_2014-Cimi.pdf](https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2014-Cimi.pdf). Acesso em: 30 set. 2019.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Relatório de Violência contra os Povos Indígenas no Brasil - Dados de 2018. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2019/09/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2018.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 30 set. 2019.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4. Ed. Ática. São Paulo. 2002.
- COSTA, E. B. da. Ativação popular do patrimônio - territorial na América Latina: notas teórico - metodológicos. **Cuadernos de Geografía**: Revista Colombiana de Geografía, 26 (2): 53-75. 2017. DOI: <https://doi.org/10.15446/rcdq.v26n2.59225>. Acesso em: 10 maio 2019.
- COSTA, E. B. da. Brasília meta-síntese do poder no controle e articulação do território nacional. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales**, nº 493 (44), p. 1-27. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1344/sn2014.18.15033>. Acesso em: 30 set. 2019.
- COSTA, E. B. da. Riesgos y potenciales de preservación patrimonial en América Latina y el Caribe. **Investigaciones Geográficas**, (96), p. 1-26. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.14350/riq.59593>. Acesso em: 10 maio 2019.

- COSTA, E. B. da. Utopismos patrimoniais pela América Latina: resistências à colonialidade do poder. **Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro**: Actas XIV Colóquio Internacional de Geocrítica; editado por Nuria Benach, Miriam Hermi Zaar e Magno Vasconcelos, p. 1-32. Barcelona: Universidad de Barcelona. 2016. Disponível em: [http://www.ub.edu/geocrit/xiv\\_everaldocosta.pdf](http://www.ub.edu/geocrit/xiv_everaldocosta.pdf). Acesso em: 10 maio 2019.
- COSTA, L. Brasília Revisitada, 1985-1987. Complementação, preservação, adensamento e expansão urbana. **Projeto**, São Paulo, n. 100, jun. 1987.
- DURKHEIM, E. **Las formas elementales de la vida religiosa**. México: Colofón, 2000.
- FOUCAULT, M. 1962 - 1984. **Microfísica do poder**; 8ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018. p. 433.
- FREYRE, G. **Palavras repatriadas**. Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003, p. 482.
- HARVEY, D. Do administrativismo ao empreendedorismo: A transformação da governança urbana no capitalismo tardio. *In*: **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005, p. 252.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **BRASIL 500 ANOS**. 2019. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/>. Acesso em: 30 set. 2019.
- LANDER, E. Modernidad, colonialidad y posmodernidad. *In*: SADER, Emir (org.). **Democracia sin exclusiones ni excluidos**. Buenos Aires: CLACSO, 1980, p. 83-97.
- LEFEBVRE, Henri. Industrialização e urbanização: noções preliminares. *In*: **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001, p. 11-33.
- LIPIETZ, A. Fordismo, fordismo periférico e metropolização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre: FEE, v. 10, nº 2, p. 303-335, 1989. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1381/1745>. Acesso em: 30 set. 2019.
- MARTINS, E. As dimensões do geográfico: diálogo com Armando Corrêa da Silva. **GEOUSP Espaço E Tempo (Online)**, 18(1), 40-54. 2014. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2014.81076>. Acesso em: 04 nov. 2019.
- MOORE, A. Repensar a escala como uma categoria geográfica: da análise para a prática. **GEOgraphia**. v. 20, n. 42, p. 3-24. 2018. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2018.v20i42>. Acesso: 01 set. 2019.
- MORAES, A. A dimensão territorial nas formações sociais latinoamericanas. **Revista do Departamento de Geografia**, 7, p. 81-86. 2011. DOI: <https://doi.org/10.7154/RDG.1994.0007.0006>. Acesso em: 10 maio 2019.
- OLIVEIRA, J. E.; PEREIRA, L. M.; BARRETO, L. S. **Laudo antropológico referente à diligência técnica realizada em parte da área da antiga Fazenda Bananal, também conhecida como Santuário dos Pajés, localizada na cidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil**. Dourados, 2011, p. 49.
- OLIVEIRA, P. C. **Gestão territorial indígena**: estudo comparado da legislação indigenista do Brasil, Colômbia, Equador e Panamá. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Direito Econômico e Social. - PUC-PR. Paraná, 2006.
- ORGANIZACIÓN NACIONAL INDÍGENA DE COLOMBIA - ONIC (2011), **El derecho fundamental a la consulta previa de los pueblos indígenas de Colombia** [en línea] <http://www.asfcanada.ca/documents/file/cartilla-consulta-previaonic-final.pdf>.

PAVIANI, A. **Brasília, a metrópole em crise: ensaios sobre a urbanização**. 2. Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010, p. 168.

PAVIANI, A. Geografia urbana do Distrito Federal: evolução e tendências. **Revista Espaço e Geografia**, v. 10, n. 1, 2007. p. 1-22. Disponível em: <http://www.lsie.unb.br/espacoegeografia/index.php/espacoegeografia/article/view/61/60>. Acesso em: 26 out. 2019.

POPOLO, F. Del (ed.), **Los pueblos indígenas en América (Abya Yala): desafíos para la igualdad en la diversidad**, Libros de la CEPAL, nº 151 (LC/PUB.2017/26), Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2017.

PORTO-GOLÇALVEZ, C. W. **Geo-grafías. Movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad**. México: Siglo XXI, 2001.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Abya Yala**, 2009. Disponível em: <http://iela.ufsc.br/povos-origin%C3%A1rios/abya-yala>. Acesso em: 15 maio 2019.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RELATÓRIO DO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA / elaborado por ArPDF, CODEPLAN, DePHA. - Brasília: GDF, 1991, p. 76.

RIBEIRO, D. **Falando dos índios**/Darcy Ribeiro; [apresentação Eric Nepomuceno]. - Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Brasília, DF: Editora UnB, 2010, p. 115.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3. Ed. São Paulo: Global, 2015, p. 358.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno** / Darcy Ribeiro. - 7. Ed. - São Paulo: Global, 2017, p. 448.

RIBEIRO, L. C. de Q. **Metrópoles Brasileiras: diversificação, concentração e dispersão**. **Revista Paraense de Desenvolvimento**, Curitiba, nº 120, p. 177-207, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparaense/article/view/232/674>. Acesso em: 30 set. 2019.

RODRIGUES, A. M. La hegemonía del pensamiento neoliberal y el desarrollo sustentable. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de noviembre de 2012, vol. XVI, nº 418 (60). Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418-60.htm>. Acesso em: 26 out. 2019.

RUIZ-RIVERA, N. "La definición y medición de la vulnerabilidade social. Um enfoque normativo", **Investigaciones Geográficas**, nº 77, p. 63-74, 2012.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. Ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, p. 259.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5. Ed. 4. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018, p. 176.

SANTOS, M. **A urbanização desigual: A especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos**. 3. Ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012, p. 144.

SANTOS, M. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI** / Milton Santos, María Laura Silveira. 12. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 473.



SANTOS, M. **Pensando o Espaço do Homem**. -5. Ed., 3.reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012, p. 96.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. Ed. - Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 174.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 5. Ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, p. 176.

SANTOS, R. M. dos. **O gê dos gerais**: elementos de cartografia para a etno-história do planalto central: contribuição à antropogeografia do cerrado. 2013. 346, [27] f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável) Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SCARLATO, F. C; COSTA, E. B. da. A natureza do urbano. **Confins**, (30), p. 1-22. 2017. DOI: 10.4000/confins.11676. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/11676>. Acesso em: 04 jun. 2019.

ZIBECHI, R. **Territórios em resistência**: cartografia política das periferias urbanas latino-americana. 1. Ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015, p. 176.

## Comitê Editorial

**JEANSLEY LIMA**  
Presidente

**JULIANA DIAS GUERRA NELSON  
FERREIRA CRUZ**  
Diretora Administrativa e Financeira

**RENATA FLORENTINO DE FARIA SANTOS**  
Diretora de Estudos Urbanos e Ambientais

**DAIENNE AMARAL MACHADO**  
Diretora de Estudos e Políticas Sociais

**CLARISSA JAHNS SCHLABITZ**  
Diretora de Estudos e Pesquisas  
Socioeconômicas

**Alexandre Silva dos Santos**  
Gerente de Demografia, Estatística  
e Geoinformação

**Cecília de Faria Sampaio**  
Gerente de Estudos Urbanos

**Gabriel Pimenta Gadêa**  
Gerente de Gestão e Desenvolvimento  
de Pessoas

**Jéssica Filardi Milker Figueiredo**  
Gerente de Contas e Estudos Setoriais

**Júlia Modesto Pinheiro Dias Pereira**  
Gerente de Estudos e Análises  
de Proteção Social

**Jusçanio Umbelino de Souza**  
Gerente de Pesquisas Socioeconômicas

**Kássia Batista de Castro**  
Gerente de Estudos Ambientais

**Larissa Maria Nocko**  
Gerente de Estudos Regional e Metropolitano

**Marcelo Borges de Andrade**  
Gerente de Tecnologia da Informação

**Martinho Bezerra de Paiva**  
Gerente de Administração Financeira

**Sesai Barbosa de Moraes**  
Gerente de Apoio Administrativo

**Tatiana Sandim**  
Gerente de Estudos e Análises Transversais

**Gustavo Saraiva Frio**  
Gerente de Estudos e Análises  
de Promoção Social

**Renata Nogueira Fernandes**  
Chefe da Assessoria de Comunicação Social

### Revisão e copidesque

Heloisa Faria Herdy

### Editoração Eletrônica

Maurício Suda

**Companhia de Planejamento  
do Distrito Federal - Codeplan**

Setor de Administração Municipal  
SAM, Bloco H, Setores Complementares  
Ed. Sede Codeplan  
CEP: 70620-080 - Brasília-DF  
Fone: (0xx61) 3342-2222  
[www.codeplan.df.gov.br](http://www.codeplan.df.gov.br)  
[codeplan@codeplan.df.gov.br](mailto:codeplan@codeplan.df.gov.br)



**Secretaria de  
Economia do  
Distrito Federal**

